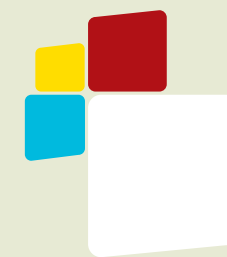




CIDADE, INFANCIAS E INCLUSÃO

CADERNOS DE DISCUSSÃO N° 3



CIDADE, INFÂNCIAS
E INCLUSÃO
CADERNOS DE DISCUSSÃO Nº 3

Asociación Internacional de Ciudades Educadoras (AICE)
Delegación para América Latina
Municipalidad de Rosario

Ayuntamiento de Barcelona
Excmo. Sr. Xavier Trias i Vidal de Llobetera
Alcalde Barcelona
Presidente de la AICE

Sra. Marina Canals Ramoneda
Secretaria General de la AICE

Municipalidad de Rosario
Dra. Mónica Fein
Intendente

Dra. Laura Inés Alfonso
Directora de la Delegación de la AICE para América Latina

Equipo Delegación América Latina

Sra. Ana Amioni
Lic. Silvia Monreal
Lic. Esteban Paulón

Edición

Lic. Violeta Uranga
Lic. Paulina Andrea Schmidt
Lic. Itatí Schwartzman

Traducción

Sandra Andrade Barbosa

Fotos

Marcelo Beltrame
Silvio Moriconi
Franco Trovato Fuoco

Diseño

Pedro Aguirre

Imprenta

Borsellino

Rosario, Argentina. 2013

7 • Apresentação Editorial

9 • Entrevista Mónica Fein, Prefeita Prefeitura de Rosario
Vicepresidenta da AICE

13 • Especialistas

14 • A disparidade como contexto
Fragmento do relatório "Disparidades Intra-urbanas nos
Direitos da Infância Latino-americana e Caribenha 1", UNICEF

17 • A dívida latino-americana em relação às
crianças menores de seis anos
Fúlvia Rosemberg

20 • Entrevista María Cristina Torrado

24 • Múltiplas privações de direitos na infância
Ianina Tuñón y María Sol González

29 • Experiências

30 • Prevenir situações de risco e de exclusão
Huasco/Chile

32 • Igualar desde o começo
Medellín/Colombia

34 • A recreação libera: proposta recreativa para os filhos
de pessoas presas, detidas ou encarceradas
Victoria/México

36 • Protegendo o presente, construindo o futuro
Montevideo/Uruguay

38 • Quando a música e a fotografia se transformam
em espaços integradores
Rosario/Argentina

41 • Educar respeitando a identidade
San Pablo/Brasil



Sobre esta publicação...

O presente “Caderno de Debate” faz parte de uma série de publicações promovidas pela Delegação para a América Latina da Associação Internacional de Cidades Educadoras (AICE) com o objetivo de construir espaços de reflexão sobre os temas de maior relevância das ações cotidianas dos governos locais.

Nesta terceira edição, decidimos abranger a temática das políticas sobre as infâncias como uma primeira aproximação às temáticas referidas ao XIII Congresso Internacional da AICE que será realizado em Barcelona em 2014 sob o lema “A Cidade Educadora é uma cidade que inclui.”

Falamos de infâncias no plural e não de infância no singular, compreendendo a complexidade e a diversidade de contextos, culturas e vivências em que essa etapa da vida é transitada no mundo todo, mas, em particular, em um continente com tantas desigualdades como o nosso.

Neste sentido, por meio do presente Caderno de Debate propomos realizar um percurso em parceria com a UNICEF com intervenções de reconhecidos especialistas e com as experiências destacadas por diversas cidades da AICE para ilustrar o contexto atual da América Latina e do Caribe.

A infância, considerada um período-chave na vida das pessoas já que é aí quando se evidenciam muitas das desigualdades que marcarão o trajeto vital e cidadão das crianças, faz parte de uma das temáticas que abarcamos através da AICE sob uma perspectiva de integralidade e transversalidade visando a cidades mais humanas e inclusivas.

Nas sucessivas publicações, esperamos poder aprofundar a ampla gama de debates que serão articulados a partir dos eixos da inclusão como direito, da participação e do compromisso cidadão, e da cidade como espaço de inovação e criatividade que enriquecem o caminho em direção ao XIII Congresso Internacional de Cidades Educadoras.

Equipo editorial



ENTREVISTA A MÓNICA FEIN

Prefeita Prefeitura de Rosario, Argentina

Vicepresidenta da AICE

Rosário é uma Cidade Educadora comprometida em trabalhar pela inclusão e pelas necessidades das crianças e dos adolescentes: 1) Como avalia o papel dos governos locais em relação com as políticas de infância na atualidade?

-No convencimento de que se pode e se deve transformar a realidade a partir do Estado, devemos – não só assegurar que se cumpram os direitos das crianças – mas também desenvolver permanentemente políticas públicas orientadas ao fortalecimento destes direitos. É aí onde o papel dos governos locais passa a ser imprescindível. Não só ao intervir na comunidade com programas integrais para melhorar a qualidade de vida das crianças, mas ao nos constituir como um espaço de articulação entre os diversos atores envolvidos, em prol de oferecer espaços de participação e fortalecer a capacidade quanto à autonomia e decisões a serem tomadas. Porque somente com a união dos esforços locais é que serão garantidas as condições, quer seja no âmbito comunitário, político ou familiar, para que se cumpram os direitos fundamentais da infância.

-Que lugar ocupa dentro das prioridades de governo as políticas de inclusão relativas à infância? Que políticas específicas são realizadas no município de Rosário?

-A determinação política é um fator chave para facilitar a inclusão, tanto no plano da gestão e do desenvolvimento local, quanto na intervenção comunitária, isto é: a diferença de contar com a determinação política é o que gera o posicionamento da infância como sujeito reconhecido pelo município, a partir de uma gestão que se ocupe em promover os direitos das crianças, mas com uma perspectiva integral de desenvolvimento, que supere uma simples visão assistencialista.

Focados nesta integralidade é que o Município de Rosário realiza as políticas sociais de forma contínua, abarcando diversos eixos de intervenção.

Um desses eixos tem a ver com a prevenção e o atendimento, através dos Centros de Convivência dos Bairros que são espaços localizados nas áreas mais vulneráveis da cidade, onde uma equipe interdisciplinar realiza, de forma integrada, as políticas sociais da Prefeitura de Rosário, visando promover processos de inclusão que possibilitem o exercício

dos direitos dos cidadãos a partir de pôr em prática projetos socioeducativos para crianças e jovens.

Outro dos eixos está focado na educação e na capacitação, já que Rosário se constitui em cidade-espaço pedagógico oferecendo um conjunto de aprendizagens iniludíveis. A Escola Móbil, por exemplo, propõe a cidade e seus espaços como sendo um grande contentor de aprendizagens. Um lugar de direito que cria uma verdadeira sala de aulas itinerante da democracia, que através de sua viagem pedagógica percorre museus, praças, parques, bairros, patrimônio arquitetônico, teatros e espaços que promovem as linguagens audiovisuais, como motores de todos os locais da cidade, para a criatividade e imaginação das crianças.

Em um mesmo sentido, e tendo por objetivo promover espaços de educação não formal para as crianças, suas famílias e escolas, nossa cidade possui o “Tríptico da Infância”, que está composto pela Granja da Infância, pela Ilha dos Inventos e pelo Jardim de los Niños (Jardim das Crianças).

De um lado, estes três espaços públicos prestam homenagem à imaginação e à criação apelando à criatividade na infância, bem como às suas possibilidades corporais; e, de outro, constituem um ponto de encontro entre as crianças e os adultos, uma nova paisagem da cidadania.

- Quando falamos de inclusão, a quais aspectos fazemos referência neste comprometimento assumido pelas cidades educadoras?

Devemos nos lembrar que faz mais de duas décadas que a partir da Associação Internacional de Cidades Educadoras existe um conjunto de cidades de todo o mundo que decidiu aunar esforços e trabalhar em conjunto em projetos e atividades concretas para melhorar a qualidade de vida de seus habitantes. Ademais, desde o ano de 1996 criou-se a delegação Cone Sul, visando trabalhar particularmente com as problemáticas que são comuns aos nossos países latino-americanos. Mais tarde decidiu-se ampliar o acionamento para toda a América Latina.

A Prefeitura de Rosário tem a responsabilidade de realizar as ações na América Latina através da Delegação que opera com mais de 54 cidades membros provenientes da Argentina, Bolívia, Colômbia, Costa Rica, Chile, Equador, México, Porto Rico, Uruguai e Venezuela, visando a promover o cumprimento dos princípios da Carta de Cidades Educadoras.

Além disso, nos debates mundiais sobre a situação da infância, fizemos vários acordos de comprometimento globais, que poderíamos resumir em dois grandes eixos:

- Expandir e melhorar a educação e o cuidado da primeira infância, dando ênfase nas infâncias em situação de vulnerabilidade, e destacando que a educação começa com o nascimento e que somos



nós, dos estados, quem devemos assegurar o atendimento integral e a educação desde os primeiros anos de vida de nossos cidadãos e cidadãs.

- Reduzir a taxa de mortalidade de crianças menores de 5 anos, mas também reduzir a pobreza e a situação de vulnerabilidade, melhorando a saúde materna.

Em Rosário, segundo dados oficiais do último censo (2010) a taxa bruta de mortalidade é de 9,94 (por mil). Isto significa que, pela primeira vez em anos, a taxa de mortalidade infantil em Rosário está representada por um só dígito, em algo mais de 9 óbitos por mil nascidos, já que há uma década e meia o índice era de 20 por mil.

- Quais são as temáticas prioritárias na região sobre uma problemática que afeta à maioria dos países da América Latina?

No que concerne à América Latina, sem lugar a dúvidas, as temáticas prioritárias têm a ver com assegurar uma igualdade de oportunidades para todas as crianças desde seu nascimento. E é neste ponto que nós, dos governos locais, temos que focar nossos maiores esforços.

Em sociedades cada vez mais fragmentadas e com alarmantes índices de desigualdade, as únicas garantias para progredir nesse sentido são através de uma boa nutrição, acesso a estímulos pedagógicos, condições de moradia minimamente dignas e a inserção e permanência no sistema educativo das infâncias.

É neste ponto que os governos locais assumem um papel de protagonista, já que as Cidades estão em contato mais estreito com as cidadãs e cidadãos de cada bairro e de cada estrato social.

É por isso que as políticas de assistência alimentar, que devem ser orientadas no sentido de reconstruir os laços familiares, têm um maior impacto se são trabalhadas em conjunto com os Municípios. A mesma coisa ocorre com o saneamento dos bairros, a dotação de soluções habitacionais aos setores

mais vulneráveis, e os programas de acompanhamento às famílias com dificuldades.

É lógico que para encarar todas estas iniciativas se requeiram recursos que muitas vezes nós, dos governos locais, não possuímos. E é aí onde se tem que articular entre os diversos níveis de governo, sem distinção de bandeiras políticas partidárias.

- Que impacto tiveram nas políticas dos governos locais argentinos a sanção da lei de Proteção Integral da Infância (26.061)?

A lei de Proteção Integral à Infância é a lei de aplicação da Convenção dos Direitos das Crianças no Estado argentino. Logicamente, essa aplicação obriga tanto o Governo Nacional quanto as províncias e os municípios a darem respostas concretas para um assunto tão atual.

Um dos aspectos de maior relevância da lei é que proporciona aos governos um marco conceitual concreto para orientar o desenvolvimento das ações e iniciativas tendentes à proteção integral dos direitos das crianças e dos adolescentes de todo o país, para assegurar o exercício e o gozo pleno, efetivo e permanente de todos os direitos reconhecidos no ordenamento jurídico nacional e nos tratados internacionais dos quais a Nação faz parte.

Estes direitos são reconhecidos assegurando a máxima exigibilidade, e estão ancorados no princípio do interesse superior da criança.

Por outro lado, as políticas derivadas da lei de Proteção Integral à Infância – as políticas públicas da criança e da adolescência – devem ser elaboradas de acordo com pautas de fortalecimento do papel da família na efetivação dos direitos das crianças e dos adolescentes; de descentralização dos organismos de aplicação e dos planos e programas específicos; da direção associada dos organismos de governo em seus diferentes níveis em coordenação com a sociedade civil e a promoção de redes intersetoriais locais e de organismos para a defesa e proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes.

Este quadro, além de oferecer as ferramentas concretas para a implementação da lei, outorga aos governos locais uma responsabilidade concreta na implementação do Sistema de Proteção Integral das Infâncias.

No entanto, o balanço após 7 anos da aprovação da lei põe em evidência as dificuldades que houve para uma real implementação de todos os institutos previstos na lei, fundamentalmente pela falta de determinação para articular um trabalho conjunto entre os três níveis do Estado, tal como é assinalado na lei.

No caso de Rosário, a Prefeitura tem disponibilizado diversas iniciativas e inclusive na nossa província – Santa Fé – existe uma lei de adesão à lei nacional, e isso contribuiu positivamente para uma melhor implementação em nossa cidade.

- Como se dá a articulação entre os diversos níveis de governos a esse respeito? Qual deveria ser essa articulação para uma maior incidência das políticas?

Embora tenha havido iniciativas positivas desde a sanção da Lei, falta ainda muito trabalho e também descentralizar ainda mais o planejamento das estratégias de intervenção, particularmente em direção aos municípios.

Uma das iniciativas positivas que resgatamos foi a formação do Conselho Federal da Criança, Adolescência e Família – que é o órgão de caráter deliberativo, consultivo e de planejamento das políticas públicas para a infância e a adolescência em todo o território, considerando e trabalhando a partir das diferentes realidades do país. Neste órgão é desenvolvido um conjunto de ações de atendimento direto nas temáticas de restituição de direitos e de adolescentes infratores da lei penal em conjunto com os governos provinciais. Também são projetadas ações orientadas a proteger os direitos das crianças que passam por situações críticas em nível familiar, social, jurídico ou econômico (vítimas de violência, tráfico e trabalho infantil) promovendo e fortalecendo a permanência em seu ambiente familiar e comunitário.

De todo modo, para a abordagem de uma problemática tão complexa, como é assegurar o pleno desenvolvimento pessoal, social e familiar das infâncias, faz-se indispensável aprofundar as ações em conjunto.

Um claro exemplo disso é a Asignación Universal por Filho, a política pública mais disseminada a nível nacional para as infâncias, e que consiste na transferência de recursos para as famílias mais vulneradas em seus direitos.

Dentre as condições para receber parte deste benefício, são requeridos controles de saúde e de frequência à escola. E são as províncias e os municípios de nosso país que estão encarregados de sustentar estes serviços. É por isso que um trabalho mancomunado a respeito poderia permitir um maior impacto desta política, que, por outro lado, é a de mais elevado investimento do Estado destinado às crianças e aos adolescentes.

Sem lugar a dúvidas, as políticas de infâncias atendem situações de imensa complexidade e diversidade e, por isso, quanto maior for a articulação e o trabalho em conjunto, melhores serão os resultados e será também maior a capacidade que teremos como sociedade de assegurar os direitos e a igualdade efetiva.



A DISPARIDADE COMO CONTEXTO

Introdução

No momento em que nós, de Cidades Educadoras – Delegação América Latina – pensamos nesta publicação, aproveitando esta oportunidade de visualização, informação e sensibilização sobre políticas voltadas à infância, entendemos que, em primeiro lugar, devíamos situar o contexto no qual estamos trabalhando e para isso, buscamos o Escritório Regional para a América Latina e o Caribe do Unicef, onde são elaborados os relatórios sobre a situação das crianças nas cidades de nossa região: contexto fundamental para poder pensar políticas públicas voltadas à infância da região e que permitam a inclusão social, a equidade, a participação, e a construção que assegure o pleno gozo dos direitos que devem sustentar as crianças de nossa região.

Assim, e graças à generosidade de seus autores, obtivemos o seguinte relatório: “Disparidades Intra-urbanas nos Direitos da Infância Latino-americana e Caribenha”, realizado por Diego Born: Universidade de Buenos Aires, Equidade para a Infância e Demographia, Cidade de Buenos Aires, Argentina. Victoria Colamarco: Consultora em Políticas Sociais e Econômicas e em Direitos da Infância. The Americas & Caribbean Regional Office (UNICEF TACRO). Cidade de Panamá, Panamá. Enrique Delamónica: Regional Advisor Social & Economic Policy. The Americas & Caribbean Regional Office (UNICEF TACRO). Cidade de Panamá, Panamá. Alberto Minujín: Professor New School University (New York), Diretor Equidade para a Infância e Demographia. Nova Iorque, Estados Unidos.

O relatório

“...A proporção da população da América Latina e do Caribe vivendo em áreas urbanas atinge ao redor de 80% do total. O predomínio urbano é de longa data: em 1962 a barreira de 50% foi superada. Embora seja certo que as crianças e os adolescentes (NnyA) que residem nas áreas urbanas estejam em média em melhor situação que aqueles que habitam áreas rurais, não deixa de ser certo que milhões de NnyA das áreas urbanas subsistem em condições de pobreza, sem poder ter acesso às “vantagens urbanas”...”. Assim é como os autores deste diagnóstico situacional sobre a infância regional começam o relatório, que impacta com as seguintes cifras: ao redor de 45 milhões de crianças e adolescentes da América Latina e do Caribe que residem em áreas urbanas vivem em condições de extrema precariedade, o que significa que três de cada dez crianças urbanas da região habitam lares cujas condições

de vida são de extrema precariedade, constituindo 29%, sendo que 27% é a cifra dos que vivem em condições de precariedade média.

Assim, as cifras mostram as desigualdades existentes no interior das áreas urbanas e seus efeitos sobre o bem-estar dos menores e também demonstra que a brecha rural-urbana da região aponta, em geral, uma clara diferença a favor das áreas urbanas, mas em quase todos os casos a brecha intra-urbana resulta essencialmente superior.

A análise evidencia as assimetrias existentes entre os países da Região. No primeiro grupo que está constituído pelo Cone Sul, Costa Rica e Panamá, menos de 20% das crianças vivem em condições de extrema precariedade. O segundo grupo, formado por 7 países entre os quais se encontra o México, o Brasil e a Colômbia, mostra taxas intermediárias que estão na faixa de 20% a 40%. Finalmente, em 6 países, a maioria da América Central, mais a Bolívia e o Paraguai, o percentual de menores que vivem em más condições supera 40%.

Ademais, no Relatório, o seguimento de indicadores como educação, escolarização, nutrição, tanto nas áreas urbanas quanto nas rurais, em condições de extrema precariedade, revela até que ponto a desigualdade social constrói complexas barreiras para satisfazer os direitos, com dados que evidenciam e quantificam como a dinâmica de cumprimento de direitos é diferente nestas duas

áreas geográficas, e de que maneira, apesar das supostas “vantagens urbanas” para crianças que vivem nas cidades, uma porção substancial delas ficam excluídas. Devido à sua diferente estrutura político-administrativa, as áreas urbanas precisam de políticas específicas ao seu contexto, que obviamente deverão estar articuladas com as políticas nacionais.

Outra importante referência é que este trabalho conta com dados obtidos através de diferentes metodologias: Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Chile, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana e Uruguai utilizaram o método de enquetes residenciais. Enquanto que Belize, Guiana e Suriname contribuíram com enquetes baseadas em múltiplos indicadores.

E ainda, para documentar as condições de vida dos menores, basearam-se em três itens: as características gerais da moradia, o nível educativo do lar e a renda mensal disponível. Quanto à moradia: o déficit do lar foi avaliado sobre a qualidade dos materiais da moradia, o amontoamento e o acesso à rede pública. A segunda dimensão mede o nível de educação alcançado pelos adultos da casa; e por último, considera-se a pobreza, que é avaliada em função da renda da família, ou se recorre ao índice de ativos.

Esquema de classificação dos NnyA segundo o nível de precariedade:

POBREZA DEVIDO A RENDA		POBRES		NAO POBRES	
CLIMA EDUCATIVO DO LAR		BAIXO	MÉDIO/ALTO	BAIXO	MÉDIO/ALTO
CONDIÇÕES DE HABITACAO DO LAR	DÉFICIT GRAVE	PRECARIEDADE EXTREMA	PRECARIEDADE EXTREMA	PRECARIEDADE EXTREMA	PRECARIEDADE EXTREMA
	DÉFICIT MODERADO	PRECARIEDADE EXTREMA	PRECARIEDADE EXTREMA	PRECARIEDADE EXTREMA	PRECARIEDADE MEDIA
	SEM DÉFICIT	ALTA PRECARIEDADE	PRECARIEDADE MEDIA	PRECARIEDADE MEDIA	PRECARIEDADE BAIXA

Depois de a situação das crianças nestes 20 países ter sido contextualizada, ainda foram analisadas novas variáveis: uma delas é em relação aos anos de escolarização, o que reflete que 5 por cento dos adolescentes na faixa de 12 a 17 anos não aprovaram nem ao menos três anos de escolaridade. Os dados intra-urbanos mostram que este percentual é mantido nas áreas de extrema precariedade, enquanto que se reduz em 3,4% nas áreas de baixa precariedade. O estado com maior disparidade intra-urbana é a Costa Rica.

Entre os adolescentes da região em idade de frequentar o ensino médio, um de cada oito não frequenta um estabelecimento de educação formal. Nas áreas urbanas, a brecha entre jovens em condições de extrema precariedade e aqueles que se encontram em uma melhor situação é três vezes maior. Os mais elevados níveis de disparidade relativa ocorrem nas áreas urbanas da Costa Rica, Guatemala, Honduras e El Salvador.

Outra das variáveis é o atraso escolar. Neste caso, 25% dos adolescentes levam um atraso de dois ou mais anos em relação com o período de estudo que deveriam cursar. A taxa de atraso escolar atinge 34% nas áreas urbanas com extrema precariedade. Na Nicarágua, este índice chega a 48,9% nas áreas de extrema precariedade.

Além disso, mede-se a ausência de conclusão do ensino médio. O dado chamativo neste caso é que enquanto a probabilidade de concluir o ensino médio de educação nas áreas urbanas é o dobro que nas áreas rurais, é mais de três vezes comparando as áreas urbanas de precariedade baixa com as de precariedade extrema. A mais elevada brecha intra-urbana se dá na Bolívia. Nesse país, 44% dos jovens que habitam as áreas urbanas de precariedade extrema não terminam o nível médio de educação.

Na região, 8,1 % dos adolescentes não estudam nem trabalham. Embora a proporção que se encontra nesta situação nas áreas rurais seja semelhante à registrada entre a população de jovens urbanos com taxa de precariedade baixa, a brecha relativa intra-urbana é substancialmente maior.

O Relatório inclui informação de 8 países: Bolívia, Colômbia, Honduras, Peru, Belize, Guiana e República Dominicana, com a enquete de Demografia e Saúde e a de múltiplos indicadores, dos quais surgem dados como que 8,2 % das crianças menores de 5 anos não possuem certidão de nascimento e que em áreas urbanas de precariedade baixa a taxa é de 3,2 % enquanto que em áreas de precariedade extrema o índice sobe a 10,6 %. Na Bolívia e na República Dominicana é registrada a maior incidência.

Outro dado evidencia que quase uma de cada dez crianças de 18 a 48 meses, nos países com informação recente, não foi vacinada contra sarampo. Mas a brecha neste assunto é muito importante: há 34 % a mais de crianças sem imunizar entre as que integram os lares mais pobres.

O déficit nutricional também faz parte do estudo, que mostra que 17 % dos menores de cinco anos padecem este mal, o que significa que as crianças apresentam os desvios padrão abaixo do valor de referência internacional em pelo menos um dos indicadores antropométricos.

O diagnóstico situacional que resumimos nestas linhas constitui uma excelente contribuição para nós que abordamos temáticas a partir de diversas visões, realidades e dimensões e estamos comprometidos em projetos e políticas que possibilitem a equidade e assegurem que os direitos das crianças da região sejam cumpridos.

SITUAÇÃO

- América Latina e o Caribe reportam uma média de matrícula no ensino fundamental de aproximadamente 95%. Entretanto, a realidade demonstra que ainda há países que estão com a média abaixo de 90%.
- A maioria dos países da região igualou as matrículas entre os sexos (95% meninos, 94% meninas) para a educação primária/ensino fundamental ou se encontram muito próximos.
- Em nível regional, o maior problema continua sendo a qualidade da educação e as formas de exclusão, discriminação, fracasso e evasão escolar. Somente 83% das crianças atingem a 5ª série e a média do índice de repetência para todas as séries do ensino fundamental subiu 5,6% no período 2002/2003.
- A taxa de matriculação em nível de ensino pré-escolar (51%) e ensino médio (64 e 68% para mulheres) ainda são insuficientes



A DÍVIDA LATINO-AMERICANA EM RELAÇÃO ÀS CRIANÇAS MENORES DE SEIS ANOS

FÚLVIA ROSEMBERG

Professora de Psicologia Social Na
Pontifícia Universidade Católica de
Sao Paulo

A especialista analisa a escassez de políticas públicas para a primeira infância, visando cumprir com equidade o direito de educar e cuidar.

“A grande dívida é reconhecer que as crianças de até 6 anos são cidadãos, beneficiários de direitos sociais e de participação.” Este é o ponto de partida que motiva a professora Fúlvia Rosemberg a justificar em uma de suas publicações a importância da educação infantil nos países da América Latina.

Embora a educação e o cuidado das crianças, durante a primeira infância, tenham constituído uma preocupação privada na vida das famílias, alterações demográficas, econômicas e culturais estimularam a mudança desta concepção e revolucionaram tanto a família como os vários sistemas educacionais latino-americanos. “Até algumas décadas atrás, a ideia generalizada era que apenas crianças carentiadas, órfãs, abandonadas e finalmente os filhos e filhas de famílias e mães com problemas, deveriam ser educadas e cuidadas nas instituições. No entanto, o reconhecimento da cidadania plena das mulheres abriu um leque de possibilidades para o controle da natalidade e a participação feminina no mercado de trabalho; para as famílias latino americanas, independentemente de sua condição social, o trabalho das mães tornou-se imprescindível para manter o nível de vida” e responder às aspirações das mulheres, salienta Rosemberg.

“As crianças são vistas essencialmente como parte da esfera privada. A lógica social é meus filhos e filhas, mas ignorar as crianças que não são minhas, que não fazem parte do meu círculo pessoal. A vida dos pais e das mães resulta tão difícil e desgastante que terminada a primeira infância de nossos filhos, nós nos esquecemos dessa etapa. A escassa visibilidade das crianças, tanto nos espaços públicos quanto na mídia, nos desviam do conceito de cidadão, dado que a criança não vota e as mães novinhas pouco reclama, acrescenta.

Educação infantil

“Quando a mobilização pela educação infantil chegou à América Latina, não tínhamos um modelo estável e não sabíamos como fazê-lo. Acreditávamos em soluções milagrosas. Conhecíamos a escola primária como o modelo de educação para a infância; tínhamos poucos jardins de infância, especialmente para os setores médios, e possuíamos orfanatos como instituições para as crianças pobres e sem família. Para as políticas públicas de educação latino-americanas foi uma experiência



diferente acolher as crianças da primeira infância, especialmente bebês, pois o assunto gerava um grande desafio: assumir a integração entre cuidar e educar, desafio que também devia ser enfrentado como um direito e não como ação assistencial”.

Será que a função de cuidar é tão importante e digna quanto a de educar? Como fazer para educar crianças tão pequenas? Temos nós, adultos latino-americanos, uma dívida histórica para com as crianças da primeira infância? Estas interrogativas e muitas outras surgem no relatório publicado pela especialista. “Alguns podem considerar muito estranho este tipo de perguntas. Ainda que os pais e as mães latino-americanas amemos nossos filhos, como adultos nem sempre respeitamos as crianças como cidadãos. Percebo uma falta de atenção histórica das políticas públicas em relação com as crianças da primeira infância quando as suas necessidades e os seus direitos são levados ao espaço público”.

A professora se refere aos índices que mostram claramente o compromisso pendente: “A alta taxa de crianças ainda pequenas que vivem em condições de pobreza, a alta taxa de mortalidade in-

fantil, especialmente entre os menores de seis anos de idade, a falta de vagas nas instituições e a baixa qualidade de educação infantil. Mais importante ainda, quando se reconhece que esta histórica dívida tem a ver com a desigualdade; isto faz parte da distribuição da riqueza para a população de forma não equitativa.”

A dificuldade que se apresenta no momento de incorporar a educação infantil na agenda de políticas públicas deve-se à falta de clareza da sociedade latino-americana sobre o assunto. “Esquecemos que é hoje que as crianças da primeira infância estão vivendo sua humanidade, sua cidadania e construindo as bases para o futuro. Para uma criança pequena, para um bebê, três anos conformam uma vida inteira. Permanecer oito horas diárias em um berçário ou em um jardim extremamente quente ou frio, sem espaço adequado para brincar, com adultos sobrecarregados, sem área externa para correr, sem estímulo para saciar a curiosidade, à espera das rotinas, é um grande padecimento. Se a infância da pessoa é transitória na vida, ela é permanente como grupo na sociedade”.

Rosemberg também faz referência à ênfase assistencialista das creches, especialmente no atendimento de crianças de zero a três anos. “As crianças e seus familiares têm necessidades que vão além da creche e do jardim de infância, bem como direitos reconhecidos que vão além da educação. A intenção foi orientar os recursos da educação infantil para a salvação das crianças latino-americanas”, reflete com o olhar posto nos grandes obstáculos em se tratando do plano teórico e político. Por um lado, as teorias de gênero e a agenda feminista; por outro, os novos estudos sobre a infância e os direitos da infância.

A especialista salienta que o debate contemporâneo sobre educação infantil iniciado na década de 1970 contou com a contribuição do ressurgimento do movimento feminista, cuja agenda incluía as creches como parte do direito ao trabalho da mãe.

No entanto, as teorias feministas contemporâneas que puderam romper com o conceito de que a biologia é o destino, não puderam fazê-lo em relação à concepção da criança, já que não lhes reconhece seu caráter histórico e o seu potencial de transformação, posto que cada nova infância é reconstruída à luz do paradigma de um adulto que viveu em outro momento histórico.

Novos estudos e direitos da infância

“Uma nova contribuição para “desbiologizar” a noção de criança da primeira infância deriva da corrente contemporânea denominada Sociologia da Infância (Sirota, 2001; James Jenks & Prout, 2002, dentre outros)”, e propõe olhar a infância no contexto das relações sociais em duplo aspecto: como relações de idade (adultos e crianças) e contextualizadas em segmentos de classe, gênero e etnia.

Para a professora, analisar as insuficientes políticas sociais para crianças na primeira infância implica associá-las a outras duas dimensões mais gerais: a política espetáculo e as ideologias sobre pobreza e família pobre. “Neste sentido, depois da promulgação do Ano Internacional da Criança (1979), organizações multilaterais passaram a desenvolver campanhas a favor das crianças em situação de risco. Iniciou-se um processo de fragmentação da pobreza em subgrupos ou temas como crianças de rua, prostituição infantil, gravidez na adolescência, erradicação do trabalho infantil”.

Como sanar esta dívida? (quadro)

“Mediante a mobilização política, a análise e pesquisa sobre as condições de vida das crianças”, responde; “trazendo a criança, sua família e suas necessidades ao espaço público. Nossa tarefa como pesquisadores é desvendar os processos de naturalização de opções históricas e de construções sociais”.

Na perspectiva de participar do processo que outorga visibilidade pública aos menores, Fúlvia

Rosemberg desenvolve, junto a um grupo de estudantes no Núcleo de Gênero, Raça e Idade na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, uma linha de pesquisa sobre a construção social das crianças menores de três anos. Entre os principais pontos preliminares à pesquisa e à reflexão sobre o assunto, consideram o seguinte:

- A primeira infância ainda é considerada como um período social relativo à esfera privada da família e da casa, e não pública.
- Os adultos formadores de opinião, não têm experiências concretas de espaços institucionais coletivos para a educação e o cuidado das crianças pequenas.
- A mídia não tem contribuído para ampliar a visibilidade das crianças na primeira infância em outros espaços sociais além da casa, apenas difunde se estão vinculadas na condição de vítimas.
- A redução de números de nascimentos e o aumento da expectativa de vida fazem com que seja muito curto o período da primeira infância durante a trajetória da vida da pessoa.
- O tempo das crianças coincide com o momento da vida da família de maior fragilidade, centrada em suas necessidades próprias.
- A associação entre crianças e a condição de filho ou filha, e não de criança sujeito público de direitos, não desperta o interesse daqueles adultos que ainda não são pais ou dos que já não têm filhos pequenos.

Como sanar esta dívida?

“Mediante a mobilização política, a análise e pesquisa sobre as condições de vida das crianças”, responde; “trazendo a criança, sua família e suas necessidades ao espaço público. Nossa tarefa como pesquisadores é desvendar os processos de naturalização de opções históricas e de construções sociais”.



ENTREVISTA MARÍA CRISTINA TORRADO

Coordenadora del Observatorio sobre infancia de la Universidad Nacional de Colombia

1. OBSERVATÓRIO SOBRE A INFÂNCIA DA UNIVERSIDADE NACIONAL DA COLÔMBIA.

Trata-se de um projeto acadêmico surgido a fins de 1999, quando foram comemorados 10 anos de assinatura da Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança. Naquele momento, já existíamos como grupo acadêmico dentro da Universidade com algumas atividades realizadas, mas quando decidimos nos transformar em Observatório sobre a Infância formulamos um projeto a longo prazo que, de alguma maneira, nos tem acompanhado até hoje. Vale a pena salientar que naquele momento não tínhamos um perfil muito claro sobre o que poderia ser um observatório, razão pela qual temos uma identidade particular.

Os objetivos do Observatório foram assim formulados:

- Contribuir na construção de uma cultura de respeito sobre os direitos das crianças e dos adolescentes da Colômbia.
- Realizar pesquisas dirigidas à identificação e compreensão dos problemas que afetam a infância.
- Contribuir à melhora de qualidade da informação sobre a situação das crianças, bem como sobre a vigência de seus direitos.
- Contribuir para com os processos de avaliação, formulação e implementação das políticas públicas, planos e programas a favor da infância, a partir de uma perspectiva independente.
- Contribuir para a formação de profissionais que conheçam e promovam o respeito sobre os direitos das crianças colombianas.
- Difundir na esfera nacional e internacional os trabalhos e as pesquisas realizadas sobre a realidade da infância.
- Promover e participar em redes e coalizões de organizações interessadas no seguimento da aplicação da Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança e demais acordos internacionais que favoreçam a infância.

O propósito fundamental do Observatório foi reunir professores de diferentes áreas de conhecimento ao redor da formação, pesquisa, consultoria e a repercussão da temática sobre os direitos e as políticas públicas destinadas à infância na Colômbia. Como pode ser observa-

do, nossas atividades são próprias do mundo acadêmico e, portanto, materializam-se em pesquisas, cursos e eventos acadêmicos, publicações e relatórios.

O singular destas atividades e produtos é que surgem do diálogo com outros atores e de nossa presença em inúmeros cenários de debate público; assim é como entendemos o trabalho acadêmico. Uma expressão disto é o nosso vínculo com a Aliança a favor da criança colombiana, uma rede de organizações da sociedade civil interessada em contribuir para a efetivação dos direitos sobre a infância colombiana. Como parte desta rede, apoiamos a redação do projeto do atual Código de Infância e Adolescência e também lideramos, em conjunto com outras organizações, a elaboração de um relatório alternativo e outro complementar aos já apresentados pelo governo colombiano perante o Comitê Internacional sobre os Direitos da Criança.

2. OS DIREITOS DA INFÂNCIA NA AGENDA LOCAL

- Como avalia o papel dos governos locais em relação com as políticas de afirmação dos direitos da infância?

- Estou convencida do papel protagonista que os governos locais podem ter na garantia dos direitos sobre as crianças e adolescentes que vivem em seu território. Temos algumas experiências em nossos países que podem assim demonstrar; são lideradas por prefeitos ou governadores para quem o verdadeiro progresso local é aquele que promove a equidade social e o bem-estar das pessoas e não só o crescimento econômico. Por isso investem na qualidade de vida de seus governados, além da busca por reduzir as brechas geradas pela enorme desigualdade que caracteriza as sociedades latino-americanas.

Quando o bem-estar das pessoas que habitam o território é a meta do plano de governo, surgem as novas prioridades: meio ambiente saudável, acesso à água de qualidade, seguro médico e qualidade dos serviços de saúde, convivência, o prazer pela cultura e lazer, dentre muitos outros. Neste contexto, as políticas para assegurar os direitos sobre as crianças e adolescentes se tornam necessárias porque seu bem-estar e cuidado convertem-se em assunto de interesse público.

Para que tenhamos mais governos locais trabalhando nesta perspectiva de progresso local, é necessário garantir-lhes um certo nível de autonomia que lhes permita tomar iniciativas de acordo com as necessidades e dinâmicas de seus territórios. Isto requer um mais alto grau de descentralização e políticas públicas nacionais que não transformem os governos locais em executores de programas que parecem assumir como homogêneos todos os contextos sociais e comunidades. É uma sorte que esta situação esteja mudando e que as políticas nacionais estejam cada vez mais sensibilizadas diante de dinâmicas locais particulares.

Quando os governos locais se limitam a executar políticas e programas para a infância projetados "pela cúpula", não criam as condições necessárias para pensar por si mesmos em como garantir o bem-estar das crianças e dos adolescentes de sua jurisdição. Se puderem dar este passo, os direitos da infância começam a ser assumidos como uma responsabilidade própria e, portanto, as políticas passam a estar orientadas visando sua garantia e proteção. O resultado é o maior investimento de verbas em programas orientados à infância, soluções inovadoras para melhorar a implementação das políticas nacionais ou novas ações mais apropriadas para o contexto local.

Por esta razão, é crescente o consenso sobre a necessidade de fortalecer o protagonismo dos governos e da cidadania local se quisermos avançar quanto à afirmação dos direitos sobre as crianças e os adolescentes. Este consenso surge ao reconhecer a diversidade dos contextos em que transcorre a vida das jovens gerações, a desigualdade das

barreiras específicas para o acesso das crianças e dos adolescentes aos serviços essenciais em um território, ou as características particulares que assume a violência e a exploração das quais são vítimas.

Os governos e as comunidades locais são os únicos que podem construir essa visão particular sobre a situação da infância e da adolescência, fazendo um reconhecimento dos recursos disponíveis no território, identificando as prioridades e projetando políticas para poder intervir. O cenário local permite também promover a participação das crianças e dos adolescentes ao longo de todo o processo.

Como podemos avançar nesta direção? É necessário favorecer as ações de incidência para conseguir que o bem-estar da infância faça parte das agendas políticas de todos os governantes, reconhecido como um assunto prioritário para o progresso local. São requeridas equipes de governo tecnicamente qualificadas para usar os indicadores sociais em sua função de monitoramento da situação dos direitos da população infantil durante o período de governo. Um bom diagnóstico orientará os planos de ação com suas respectivas metas, e processos rigorosos de avaliação permitirão conhecer os avanços obtidos.

Desde que a UNICEF publicou o livro Cidades para a Infância em 2004, um significativo caminho vem sendo percorrido entre as formulações sobre o que os governos locais poderiam fazer para promover os direitos sobre as crianças e os adolescentes e as experiências em inúmeros territórios. Sem dúvidas que ainda há um caminho a ser percorrido.

- A senhora acredita ser factível levar as políticas nacionais sobre a primeira infância aos governos locais?

- É factível e também necessário, se levarmos em conta que os direitos sobre as crianças ou são desfrutados ou são violados nos contextos onde elas vivem, isto é, no território onde o governo local exerce sua atuação. Poderíamos dizer então, que a política nacional ganha vida no cenário local; é aí onde a mãe recebe os cuidados durante a gravidez, onde se abastece de água potável ou onde existem espaços para jogos ou lugares onde os mais jovens possam se encontrar com o mundo dos livros, para citar alguns exemplos.

O importante é que as políticas nacionais para a primeira infância não definam de maneira rígida as estratégias de implementação para que seja possível dar soluções locais particulares sem que isso signifique distanciar-se de seus posicionamentos. No caso da primeira infância isto é particularmente importante, pois desta maneira pode ser evitado o risco de impor modelos urbanos de atendimento às crianças mais jovens das comunidades rurais ou de ignorar as práticas tradicionais de criação, o

cuidado da mãe durante a gravidez ou a saúde das crianças em seus primeiros anos de vida.

Por esta razão, os governos locais devem ser interlocutores ativos das políticas nacionais para a primeira infância, contribuindo com seu conhecimento sobre a solidez e as necessidades das famílias com filhas e filhos pequenos, sobre a capacidade institucional e comunitária para lhes oferecer cenários propícios ao seu desenvolvimento, ou a proteção necessária diante do abandono e maltrato. Como já salientei, trata-se de encontrar alternativas com perspectiva local.

Com as políticas para a primeira infância, procuramos assegurar os direitos fundamentais das crianças e não só restituí-los quando tenham sido violados. Assumir o funcionamento desta política pode se transformar em uma excelente oportunidade para os governos locais compreenderem a importância das políticas sociais básicas como uma das melhores estratégias para atingir maior equidade social e melhor qualidade de vida da população infantil e adolescente. Não nos esqueçamos de que as políticas sociais básicas são por definição universais e têm um imenso potencial na luta contra a desigualdade e a exclusão.

- Quais questões de política sobre a primeira infância não devem ficar fora da agenda dos governos locais?

- Acredito que a agenda local deve incorporar todas as dimensões das políticas para a primeira infância, pois elas formam uma unidade e se retroalimentam entre si. Assegurar o pleno desenvolvimento das crianças durante os primeiros anos de vida exige certa integralidade, isto é, que de forma simultânea lhes sejam oferecidas as melhores condições durante a gravidez, o parto e os primeiros dias de vida, segurança emocional e bom trato, alimentação suficiente e adequada, educação inicial, oportunidades para brincar e desfrutar do patrimônio cultural local e universal e o cuidado apropriado da saúde. Isto, sem falar da qualidade da moradia e da ambientação onde crescem.

Convém observar que nenhuma destas questões pode ficar fora da agenda dos governos locais, pois trata-se de direitos que devem ser assegurados. A maior novidade da política de primeira infância é sua perspectiva populacional, expressa em uma visão de conjunto objetivando o bem-estar das pessoas em um momento do ciclo vital. Por esta razão, o maior desafio que os governos locais enfrenta é conseguir articular as ações setoriais dispersas buscando oferecer segurança a cada uma das crianças pequenas que vivem no território nas condições já mencionadas. Isso só se pode alcançar com ideias inovadoras e, em muitos casos, otimizando os recursos econômicos, físicos e humanos existentes.

3. A SITUAÇÃO NA COLOMBIA

- Como é hoje a situação das crianças e dos adolescentes na Colômbia ?

- Não é fácil responder a esta pergunta, pois para ter uma visão de conjunto sobre a viabilização dos direitos deste grupo populacional se requer certa compreensão da dinâmica social e política do país, além da necessidade de revisar inúmeras temáticas com seus respectivos indicadores. A propósito, vou me referir a alguns dos tópicos gerais que selecionei por sua relevância na análise.

A situação das crianças e dos adolescentes não é alheia à de sua família e à da comunidade a qual pertencem. Em um país como a Colômbia, caracterizado pela desigualdade entre as regiões e os grupos da população, isso significa existência de grandes brechas no bem-estar da infância. No país, coexistem situações de pleno bem-estar com situações de fome ou de precária inclusão social. As mortes previsíveis, a desnutrição e a falta de frequência escolar tendem a estarem concentradas nas populações historicamente excluídas como a dos afro-descendentes e a dos povos indígenas.

Hoje em dia, a Colômbia é um dos países com maior desigualdade do mundo; isto significa uma imensa concentração da riqueza em poucos enquanto que grande parte da população só conta com recursos mínimos para a sobrevivência. Isto explica porque 4 de cada dez crianças e adolescentes colombianos vivem em situação de pobreza, proporção que se eleva a 7 de cada dez nas zonas rurais. Como é sabido, a pobreza além das carências materiais exerce alto impacto sobre a vida dos mais jovens.

Além disso, a Colômbia é o único país da região que vive um conflito armado há várias décadas: O Estado é enfrentado por vários exércitos irregulares sem nenhum respeito pelas normas do Direito Internacional Humanitário e por complexas relações com o narcotráfico. O conflito armado colombiano é objeto de inúmeras análises devido às suas características particulares.

Neste contexto, as crianças e os adolescentes são vítimas diretas e indiretas dos confrontos armados e do terror que se apodera da vida das comunidades mais afetadas; recrutamento, deslocamentos por ameaças, perda de seus pais, mutilação ou morte pela ação de minas anti-pessoas e muitos outros padecimentos que são vividos no dia-a-dia em algumas zonas do país. Por esta razão, o Conselho de Segurança das Nações Unidas incluiu a Colômbia em uma estratégia de monitoramento da situação dos direitos da infância no conflito armado (Resolução 1612 de 2005).

Entretanto, não é necessário viver nessas zonas para que as crianças e os adolescentes sejam vítimas do conflito, já que toda a sociedade colombiana vive de alguma maneira os acontecimentos do



conflito e junto a eles o temor e a incerteza. Podemos ainda acrescentar, a utilização de crianças e adolescentes como parte da delinquência organizada.

Quais seriam as dívidas pendentes do governo da Colômbia para com as crianças e os adolescentes?

São inúmeras as dívidas pendentes do governo da Colômbia para com as crianças e adolescentes. Por exemplo, um sistema de saúde que lhes assegure acesso aos serviços de qualidade e de maneira apropriada; educação de melhor qualidade; mecanismos mais eficazes para a restituição dos direitos violados e castigo aos culpados, reparação a quem foi vítima do conflito armado....

Possivelmente todas estas dívidas poderiam ser superadas se fossem fortalecidas as políticas sociais orientadas a reduzir a desigualdade quanto ao acesso ao bem-estar entre a população infantil e sobretudo para assegurar que este acesso não dependa do nível de renda da família. O gasto público social poderia ser orientado em direção ao chamado universalismo básico e não a políticas pobres para pobres como acontece hoje em dia.

Não devemos nos esquecer que as carências quanto à proteção social dos mais jovens e de suas famílias fazem com que aumentem as probabilidades de exposição à violência nos contextos onde vivem.



MÚLTIPLAS PRIVAÇÕES DE DIREITOS NA INFÂNCIA

IANINA TUÑÓN

Doutora em Ciências Sociais (UBA – Universidade de Buenos Aires). Pesquisadora responsável pelo Projeto PICT 2010–2195 (FONCYT) e do Projeto: “Barômetro da Dívida Social da Infância”, no marco do Programa do Observatório da Dívida Social Argentina (UCA - Universidade Católica Argentina).
E-mail: ianina_tunon@uca.edu.ar/
MARÍA SOL GONZÁLEZ
Bacharel em Economia (UCA). Bolsita de pesquisa da Universidade Católica Argentina no marco do Programa do Observatório da Dívida Social Argentina (UCA).
E-mail: maria_gonzalez@uca.edu.ar

O Estado e a sociedade argentina progrediram de uma forma particular na construção da jurisprudência e da institucionalidade necessárias para garantir o pleno cumprimento dos direitos sobre as crianças e adolescentes. De fato, o Estado argentino adotou a Convenção sobre os Direitos da Criança (ONU, 1989), assumiu compromissos diante dos Objetivos de Desenvolvimento para o Milênio (ONU, 2000); e sancionou a Lei de Proteção Integral dos Direitos sobre as Crianças e Adolescentes (Lei 26.061); dentre outras várias leis específicas.

No entanto, pouco se conhece sobre o estado de situação da criança e da adolescência em termos do efetivo cumprimento dos direitos em vigor na Argentina. É por isso que do Barômetro da Dívida Social da Infância e do Programa do Observatório da Dívida Social Argentina (UCA), buscamos acompanhar os progressos dos Estados e especialmente do Estado e da sociedade argentina no reconhecimento da infância como sujeito de direito, a partir da construção de um índice que permite definir o espaço das privações ou carências sociais da infância em dimensões de direitos fundamentais para o desenvolvimento humano e social.

As dimensões de direitos e indicadores que foram utilizados para definir o espaço das privações cumprem com o requisito de permitir identificar os elementos essenciais do direito, o qual legitima sua exigibilidade, e, de alguma maneira, finaliza a discussão em torno de quais são as privações mais urgentes já que os direitos são indivisíveis.

Os resultados da pesquisa que é apresentada a seguir abraçam a proposta de medição da pobreza infantil sob um enfoque de direitos, realizada pela CEPAL e UNICEF (2012), e avança sobre um exercício de adaptação ao caso da infância argentina. A proposta de construção do índice considera sete (7) dimensões de direitos: (1) Saneamento, (2) Moradia, (3) Alimentação, (4) Saúde, (5) Estimulação precoce, (6) Educação, e (7) Acesso à Informação. Em cada dimensão são estabelecidos os níveis em uma “linha de corte dual” que permite diferenciar entre privações no exercício de direitos graves e moderadas.

O cálculo do índice não só permite estabelecer a proporção da infância e da adolescência argentina com alguma privação em seus direitos, mas também permite conhecer quais as dimensões de direitos que representam maior desafio. As estimativas foram realizadas com base nos microdados da Enquete da Dívida Social Argentina (EDSA) para o

quarto trimestre de 2011, sobre a população de crianças entre 0 e 17 anos residentes em grandes conglomerados urbanos.

A seguir, apresentamos as dimensões e os níveis dos direitos (indicadores de carência sociais) adotados:

FIGURA 1: DIMENSÃO DE DIREITOS, INDICADORES E NÍVEIS DE PRIVAÇÃO			
DIMENSÃO	DIREITOS	NÍVEL MODERADO	NÍVEL GRAVE
ALIMENTAÇÃO (0-17 ANOS)	Um dos Objetivos do Milênio (ONU, 2000) com o qual o Estado argentino comprometeu-se é: “erradicar a pobreza e a fome, especialmente reduzir à metade entre 1990 e 2015 a porcentagem de pessoas que padecem fome”	Qualidade da moradia: crianças que vivem em moradias de pau-a-pique ou taipa, ou de alvenaria com argamassa magra ou quase sem argamassa.	Niños y niñas en hogares en los que se expresa haber sentido hambre por falta de alimentos en los últimos 12 meses por problemas económicos.
SANEAMENTO (0-17 ANOS)	Na Constituição Nacional em seu art. 41, e na Lei 26.061, art.21, estão estabelecidos os direitos a um hábitat saudável. O Estado argentino comprometeu-se particularmente com o seguinte Objetivo do Milênio (ONU, 2000): “reduzir à metade, para 2015, a proporção de pessoas sem acesso sustentável à água potável e serviços de saneamento”. Comprometeu-se também, com o Objetivo de reduzir à metade a proporção de residências ou moradias deficitárias e em condições de posse irregular.	Crianças e adolescentes em moradias que não têm acesso à água corrente.	Crianças e adolescentes em moradias com vaso sanitário sem descarga de água ou que não têm vaso.
VIVIENDA (0-17 ANOS)		Amontamento: crianças em moradias com três ou quatro pessoas por quarto habitável.	Amontamento: crianças em moradias com cinco pessoas por quarto habitável.
		Qualidade da moradia: crianças que vivem em casas de pau-a-pique ou taipa, ou de alvenaria com argamassa magra ou quase sem argamassa.	Qualidade da moradia: crianças que vivem em casas de madeira, de chapa de metal ou fibrocimento, papéis, folhas de palmeira, palha ou de sobras de materiais descartáveis.
SAÚDE (0-17 ANOS)	A Lei 26.061 manifesta a obrigação de assegurar o acesso aos serviços de saúde à infância (art. 14 e 27).	Crianças e adolescentes que há um ano ou mais não fazem uma consulta médica e não possuem seguro de saúde (assistência previdenciária, mutual ou particular).	Crianças e adolescentes que não receberam a vacinação que corresponde com a idade.
ESTIMULAÇÃO PRECOCE (0-4 ANOS)	A Convenção sobre os Direitos da Criança (ONU, 1989) no art. 18, estabelece que os Estados devem prestar assistência aos pais para o desempenho de suas funções na criação e zelar pelo cuidado. A Lei de Educação 26.204 e a Lei 26.233 dos Centros de Desenvolvimento Infantil salientam a responsabilidade dos Estados com a educação inicial (entre os 45 dias e 5 anos).	Crianças que registram pelos menos dois déficits nos seguintes indicadores: não costumam ser receptoras de histórias orais ou contos; não costumam brincar em família; não frequentam um centro educacional; e começaram a receber alimentos ou leite não-materno antes dos 7 meses.	Crianças que registram déficit simultâneo nas seguintes atividades: não costumam ser receptoras de histórias orais ou contos; não costumam brincar em família; não frequentam centro educacional e deixaram de ser amamentados antes dos 7 meses.
EDUCAÇÃO (5-17 ANOS)	A Lei de Educação 26.204, no art. 11 e 15, estabelece o direito à educação, e nos art. 16, 26 e 29 é salientada a obrigatoriedade da sala de 5 anos do nível inicial (pre-primário), educação fundamental e média.	Crianças e adolescentes que frequentam a escola mas que estão atrasados quanto à idade.	Crianças que não frequentam a escola.
INFORMAÇÃO (0-17 ANOS)	Nos artigos 31 da Convenção sobre os Direitos da Criança e 20 da Lei 26.361, é salientado o direito da criança à liberdade de expressão e de informação.	Crianças e adolescentes em moradias sem pelo menos dois dos seguintes componentes: telefone (fixo ou celular), internet (não têm nem utilizam internet), biblioteca (ou livros infantis ou não costumam ler)	Crianças e adolescentes em moradias que não têm acesso a nenhum dos seguintes componentes: telefone (fixo ou celular), internet (não têm nem utilizam internet), biblioteca (ou livros infantis ou não costumam ler)

Fonte: EDSA-Bicentenario (2010-2014), Observatório da Dívida Social Argentina (ODSA-UCA), Ano 2011

O espaço de privações sociais da infância urbana na Argentina

A análise por dimensão de direitos permite reconhecer que nos campos do saneamento, moradia e alimentação, a dívida social com a infância é especialmente significativa (ver a figura II). De fato, é fácil perceber que as condições de saneamento são deficitárias em 29,4% da população entre 0 e 17 anos (18% encontram-se em lares sem acesso a água potável e 11,4% em moradias sem vaso sanitário ou sem latrina e descarga de água). Ao mesmo tempo, calcula-se que 22,7% vivem em moradias deficitárias (17,8% em lares com situação de déficit moderado na dimensão de moradia e 4,9% em situação grave).

Outro dos direitos violados na infância é o acesso à alimentação. Estima-se que 18,6% da infância encontram-se em situação de insegurança alimentar por problemas econômicos em seus lares (9,5% é o registro por privação moderada e 9,1% por privação grave). O direito ao atendimento da saúde é também violado em 13,6% das crianças e dos adolescentes. Enquanto que 11,5% dos infantes não haviam realizado nenhuma consulta médica nos últimos 12 meses ou nunca haviam feito uma consulta e, além disso, não tinham seguro de saúde através de um serviço de assistência de previdência social, mutual ou particular; e 2,1% não tinham a ficha de vacinação com calendário atualizado para a idade.

Nos primeiros anos de vida (0-4 anos), registra-se 21,6% com pelo menos duas das seguintes situações de déficit no campo da estimulação emocional e intelectual. “não costuma ser receptor de contos nem de histórias orais”; “não costuma brincar com adultos de referência”; “não frequenta um centro educacional”; e/ou “começou a receber alimentos ou leite não-materno antes dos 7 meses”.

Convém salientar que 3,2% sofriam privações nos três primeiros indicadores de estimulação mencionados e, além disso, deixaram de ser amamentados antes dos 7 meses.

Em nível da população em idade de frequentar a educação inicial (sala de 5 anos), ensino fundamental e médio (ambos obrigatórios na Argentina), observa-se que 16,9% das crianças e dos adolescentes entre 5 e 17 anos apresentam problemas de inclusão educativa pela falta de assistência ou por atraso educacional. Ambos os problemas encontram-se especialmente focados na população adolescente.

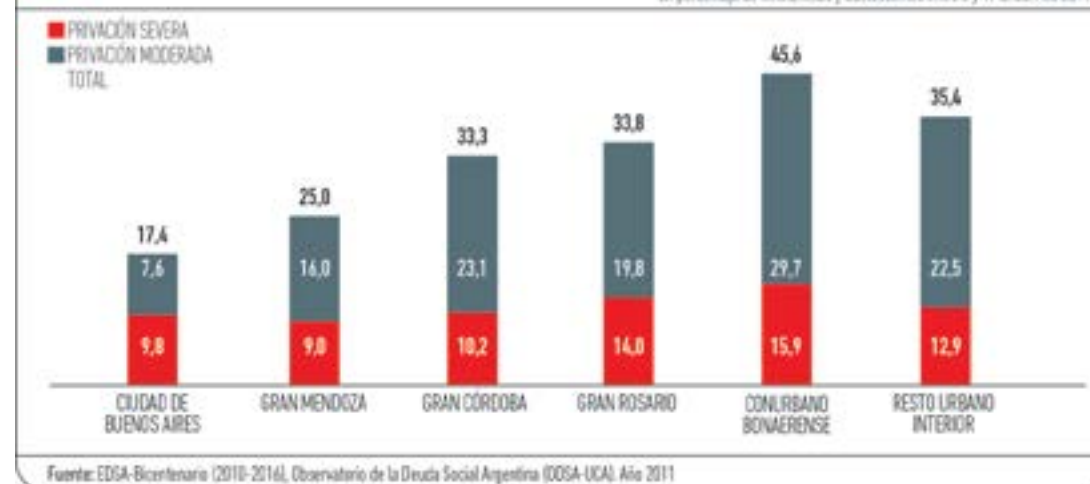
Por último, estima-se que 33,2% dos infantes de dois adolescentes da malha urbana não têm acesso a pelo menos dois dos seguintes bens e serviços vinculados ao acesso à informação: telefone (fixo ou celular), internet (não têm nem utilizam internet) e/ou livros (não têm livros e não costumam ler textos impressos); e 0,4% também não tinham acesso simultâneo a nenhum deles.

Resumindo, em 2011, aproximadamente 37,8% dos infantes e dos adolescentes encontravam-se em situação de transgressão de pelo menos um dos seguintes direitos fundamentais: alimentação, saneamento, moradia adequada, saúde, estimulação precoce, escolarização, proteções especiais contra o maltrato ou acesso à informação (ver figura II). Mais especificamente, 14% das crianças e adolescentes sofriam privações graves em alguma das dimensões de direitos consideradas; e 23,8% por privações moderadas.

As crianças com mais alta privações ou carências sociais nas dimensões de direitos observadas são aquelas que residem na Conurbação Bonaerense, Grande Rosário e Grande Córdoba (45,6%, 33,8%, e 33,3%, respectivamente), em menor medida, na Grande Mendoza e Cidade de Buenos Aires (25%

FIGURA 3: PRIVACIÓN DE DERECHO SEGÚN AGLOMERADO URBANO

En porcentaje de niños, niñas y adolescentes entre 0 y 17 años. Año 2011



e 17,4%, respectivamente) (ver figura III).

Reflexões finais

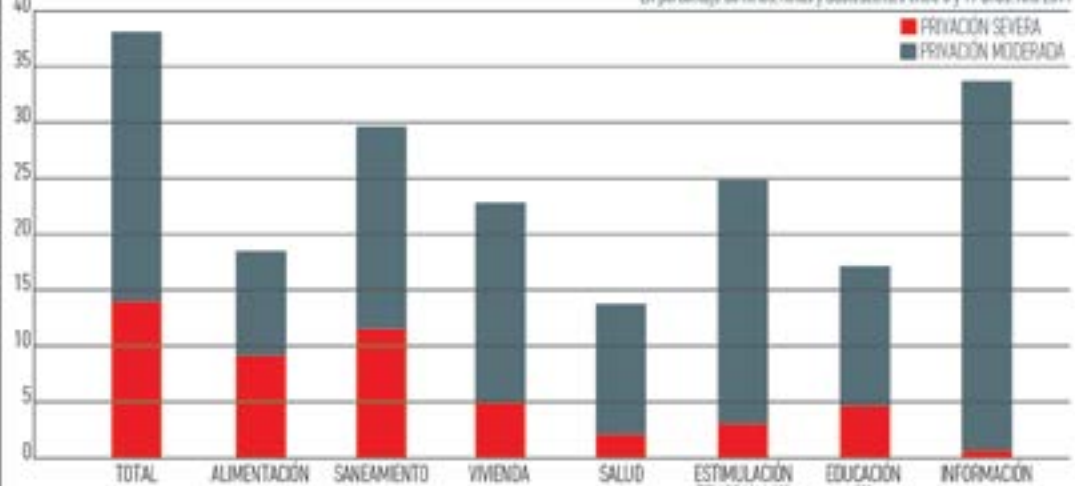
Definir e estimar o impacto das privações em dimensões de direitos da infância parece um insumo valioso para o planejamento de políticas públicas destinadas a estas populações. Não só permitem uma melhor definição do espaço das carências sociais que afetam particularmente às infâncias e adolescências, mas também podem ser identificadas as áreas ou espaços de direitos mais sensíveis ao desenvolvimento humano e social bem como às populações mais vulneráveis.

E também, partir de um enfoque de direitos para a definição do espaço das privações parece louvável desde que sejam estabelecidos os indicadores e os níveis com amplo consenso nas sociedades e cuja garantia pode ser legitimamente exigida aos Estados. Neste sentido, esta breve comunicação pelo

menos permite salientar que após quase uma década de significativos progressos sociais e econômicos, chega-se ao segundo ano do período do Bicentário com um impacto das privações de direitos de 37,9% em nível da população entre 9 e 17 anos nas grandes cidades da Argentina. Ao mesmo tempo, pode-se reconhecer que o espaço do hábitat de vida, isto é, o direito a moradia digna e a condições de saneamento adequadas é uma das principais dívidas sociais com a infância. Sem dúvidas, os aspectos centrais para a sustentabilidade da vida por seu forte impacto sobre a saúde das crianças, mas também sobre os aspectos fundamentais do desenvolvimento integral já que limitam o exercício de outros direitos no campo das conquistas educativas e dos processos de sociabilização no âmbito privado dos lares, bem como no espaço público dos bairros, nas grandes cidades.

FIGURA 2: INCIDENCIA DE LAS PRIVACIONES EN CADA DIMENSIÓN DE DERECHO*

En porcentaje de niños, niñas y adolescentes entre 0 y 17 años. Año 2011



* Se reporta el porcentaje de la población con privaciones en cada dimensión según sea moderada o severa

(1) Se considera a los niños entre 0 y 4 años. (2) Se consideran a los niños y adolescentes entre 5 y 17 años.

Fuente: EDSA-Bicentenario (2010-2014), Observatorio de la Deuda Social Argentina (ODSA-UCA) Año 2011

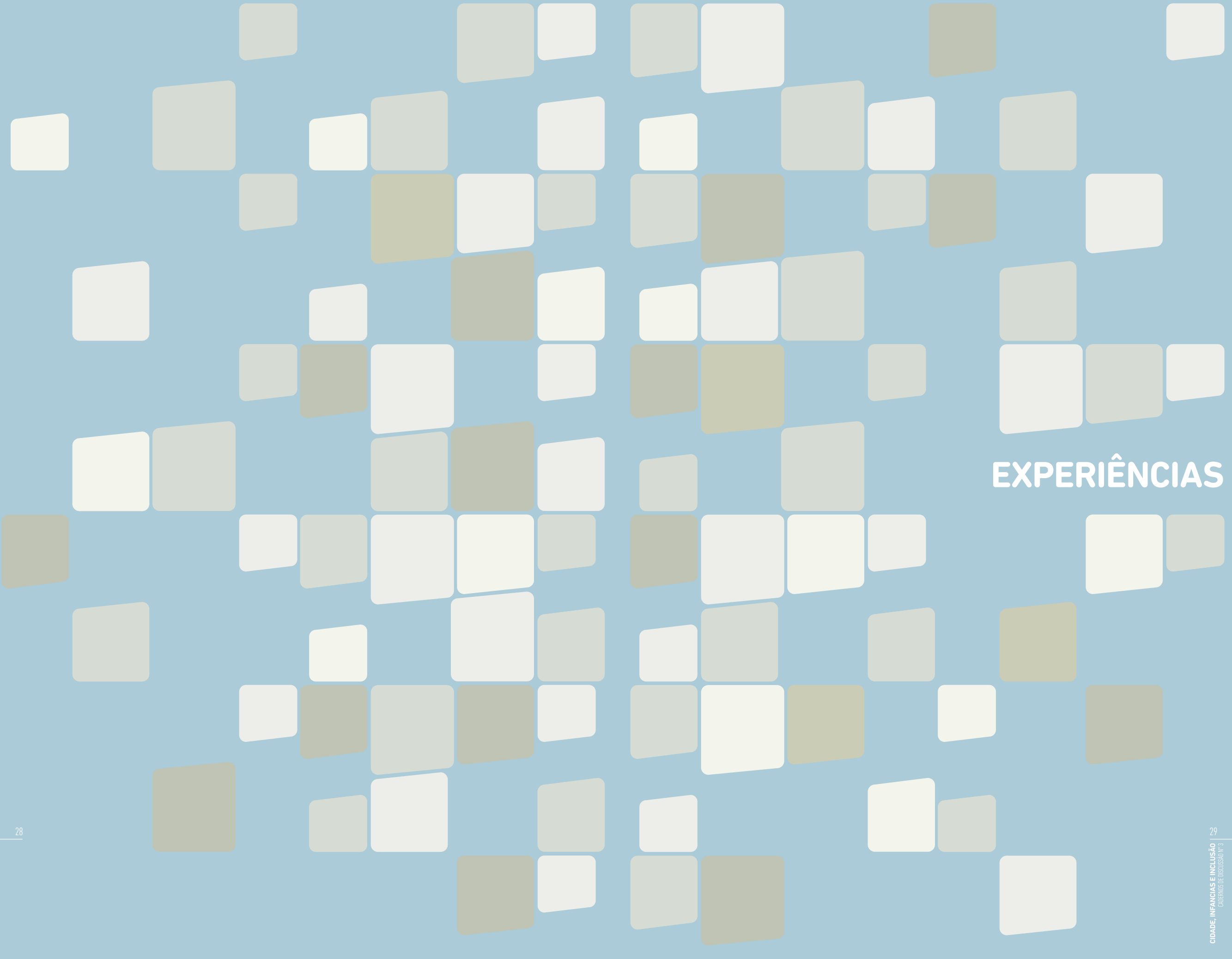
1 Aquí é apresentada uma breve versão revisada de um artigo publicado pelas autoras na Revista Sociedad y Equidad, da Universidade do Chile.

5 A Enquete da Dívida Social Argentina (EDSA) é representativa da população urbana de cidades de 50.000 habitantes e mais. A amostra considera as cidades de Buenos Aires, a Conurbação Bonaerense (24 distritos), Grande Córdoba, Grande Rosário, Grande Mendoza e San Rafael, Grande Salta, Grande Tucumán e Tafi Viejo, Mar del Plata, Grande Paraná, Grande San Juan, Grande Resistência, Neuquén – Plottier, Zárate, Goya, La Rioja, Comodoro Rivadavia, Ushuaia e Rio Grande. O projeto de amostra considera 950 pontos, atinge 5700 lares dos quais 2076 tinham crianças e adolescentes menores de 18 anos e reuniam 5598 crianças e adolescentes, no quarto trimestre de 2011.

Referências bibliográficas

CEPAL y UNICEF (2012), Guía para estimar la pobreza infantil. LC/M.2 Santiago de Chile, Abril.

Tuñón, I.; González, M. (2013): Aproximación a la medición de la pobreza infantil desde un enfoque multidimensional y de derechos, en Revista Sociedad y Equidad, Universidad de Chile.



EXPERIÊNCIAS

O Escritório de Proteção dos Direitos (OPD) na província do Huasco trabalha desde o ano de 2005 para a promoção e proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes. A principal estratégia deste projeto que tem sede na comuna de Vallenar, é a incorporação de uma Política Local de Infância e Adolescência nas quatro comunas da Província, visando a desenvolver um trabalho conjunto e de participação cidadã, no âmbito individual, familiar e comunitário. **Huasco/Chile**



PREVENIR SITUAÇÕES DE RISCO E DE EXCLUSÃO

A partir de cada um dos municípios, o OPD cria redes com as instituições públicas, privadas e comunitárias e inicia um processo de formação e de sensibilização sobre os direitos humanos das crianças e dos jovens. Este Escritório, que estabelece seus objetivos por períodos de três anos, atualmente e até o ano de 2014 enfoca sua tarefa entre dois setores: o da Área de Proteção, avaliando as situações de vulnerabilidade que vão contra os direitos das crianças, dando atendimento psicossocial e jurídico, e trabalhando com as famílias, os papéis dos pais e os fatores de risco. De outro lado, dentro da Área de Gestão Comunitária e Intersetorial: realizando campanhas de divulgação e de formação em âmbitos culturais e recreativos, visando a sensibilizar e a educar em direito.

Com o olhar posto também na participação das crianças e dos jovens, o Estado do Huasco propõe instalar uma cultura do direito. Isto, mediante a criação de oficinas e a formação de um Conselho Comunal de Infância em cada uma das quatro comunas da província a fim de poder detectar e intervir em situações de risco, além de conceber espaços de encontro e de discussão sobre a política local, seu desenvolvimento e a posterior divulgação para a comunidade.

Atualmente, encontra-se em funcionamento dois Conselhos da Infância na comuna do Huasco; um, integrado por crianças e adolescentes; e outro, constituído por autoridades locais, instituições e atores sociais.

O que é que dizem as crianças?

Entre os anos de 2006 e 2010, o Escritório de Proteção dos Direitos da Infância e da Adolescência Província do Huasco, recolheu informação através de fóruns juvenis e enquetes, a respeito da situação das crianças e dos adolescentes em se tratando do respeito aos seus direitos.

Os resultados mostram que entre os direitos mais respeitados pela sociedade estão o "Direito de viver com minha família" e o "Direito a estar na Escola e receber boa educação". Entre os que menos respeito produzem, aparecem o "Direito a que se escute minha opinião relativa aos assuntos que me afetam" e o "Direito em viver em um meio ambiente limpo e sem poluição"; este último reflete a situação atual da província em relação com a contaminação ambiental e a realidade em que vivem seus habitantes na vida diária.

Outros dados coletados destas enquetes assinalam a necessidade das crianças e dos adolescentes sentirem-se escutados e considerados principalmente pelos adultos e autoridades comunais nos assuntos que lhes afetam. Além disso, dizem que não são consultados a respeito de seus interesses e projeções educativas e que, contra certos preconceitos e discriminação podem demonstrar que "não são sinônimos de problemas", salientando ainda que têm "capacidade para se organizar, pensar e realizar ações para seus colegas e pela comunidade".

Mais da metade das crianças que foram consultadas revelam que os estabelecimentos educacionais também são lugares hostis onde ocorrem situações violentas e de maus-tratos entre os estudantes e os professores. Isso, em diferença da visão que percebem com respeito à família, entendida como um espaço de confiança e de proteção. A falta de espaços de recreação, praças, jogos, bem como atividades culturais, artísticas e esportivas e de lazer são parte dos requerimentos a levar em conta.

Por fim, cabe destacar que, embora tenha havido progresso com respeito à criação de uma cultura de proteção dos direitos, ainda falta muito para que as crianças sejam consideradas as crianças como sujeitos de direito em todos os níveis de participação e em todos os setores.

Os problemas que mais interessam

Diante de algumas ações desarticuladas que impactaram na população infanto-juvenil e a necessidade de criar novos espaços e serviços que estivessem de acordo com suas necessidades, o OPD Província do Huasco é um agente articulador que atende aos interesses socioculturais da comunidade.

Na área da educação, por exemplo, não existem programas de integração motora para crianças do ensino médio. Também não são abarcadas de maneira integral as problemáticas dos transtornos

de conduta. Na área da saúde, a província também não dispõe de quantidade suficiente de profissionais especializados em psiquiatria infantil, para que as problemáticas de saúde mental e depressão infanto-juvenil de 6 a 14 anos de idade sejam detectadas a tempo.

Através dos diversos postos e organismos que fornecem atendimento psicossocial e legal às crianças em situação de risco, os problemas mais frequentes na comuna de Vallenar são originados - na maior parte das vezes - por violência familiar, e pela falta dos adultos a cargo em cumprir com sua obrigação de satisfazer suas necessidades básicas.

Outras problemáticas que também afligem aos menores e que requerem especial atenção são: abuso sexual; violação; consumo de álcool, drogas e micro tráfico; jovens envolvidos em situações de crimes e/ou simples delitos, seja como vítimas ou como culpados; interação conflitiva com os pais ou com a escola; abandono da escola e expulsão; crianças da e na rua; trabalho infantil perigoso ou de alto risco; gravidez adolescente e aborto; exploração sexual e de trabalho infantil.

População e economia

A III região de Atacama tem 66.491 habitantes. 80,7% correspondem ao setor urbano e 19,3% ao rural. A Província está formada por quatro comunas: Freirina, Huasco, Alto del Carmem e sua capital: Vallenar. Do total de habitantes da província, 23.681 corresponde a crianças e adolescentes entre 0 e 18 anos, o equivalente a 35,6% de seus habitantes. Em uma província onde as duas principais fontes econômicas são o minério e a agricultura, a situação de pobreza também afeta a qualidade de vida das crianças e dos adolescentes. Enquanto a maioria vive em casas, outro setor da população mora em mediaguas e não conta com um espaço adequado para desenvolver sua identidade, privacidade e autonomia.

“Buen Comienzo” / “Bom Começo” é um programa interdisciplinar que se ocupa de acompanhar integralmente as crianças em situação vulnerável, bem como às suas famílias. Esta experiência de acompanhamento abrange não só a nutrição e os temas sanitários, mas também as problemáticas psicossociais e pedagógicas, estimulando ao mesmo tempo, a expressão artística das crianças e dos jovens.

Medellín/Colômbia



IGUALAR DESDE O COMEÇO

“Buen Comienzo” nasce em novembro de 2006 visando promover o desenvolvimento integral, diverso e incluyente das crianças a partir da gestação e até 5 anos, através de um olhar interdisciplinar deste ciclo vital.

O programa é o resultado da articulação das Secretarias da Prefeitura de Medellín: Inclusão Social e Família, Educação e Saúde, o Instituto de Recreação e Esporte em parceria com o Instituto Colombiano de Bem-estar Familiar, o Ministério de Educação Nacional e a empresa privada.

“Começar bem”: modificando a desigualdade de oportunidades

Sucessos que devem ser salientados: o atendimento integral que privilegia zelar pelo cumprimento dos direitos das crianças, as famílias comprometidas em bem criá-las, e uma cidade que reconhece na educação inicial um fator que potencializa o desenvolvimento humano.

Para compreender a abrangência deste Programa, salientamos que trabalha com diversas modalidades de atendimento: Entorno Institucional, Entorno Familiar, Entorno Comunitário, Jardins de Infância, Creches Infantis e Ludotecas, com sedes distribuídas estrategicamente em todos os distritos de Medellín, especialmente nos bairros mais vulneráveis. Vejamos as cifras de 2012: durante o ano passado, um total de 97 milhões de crianças e de 8 mil mães gestantes e lactantes receberam os benefícios desta iniciativa em 11 jardins-de-infância e 996 sedes espalhadas por toda a cidade de Medellín. Além disso, 370 sedes já existentes foram reformadas e adaptadas e se construíram

dois novos jardins.

No “Buen Comienzo” as crianças contam com cuidado especial, adaptado a cada idade. Porém, o início do programa começa com o trabalho que se faz com as mães durante o período da gravidez, momento no qual são ministradas as informações sobre como criar os filhos. Depois disso, faz-se a promoção do aleitamento materno exclusivo, durante pelo menos os primeiros 6 meses de vida; o programa continua com um seguimento do desenvolvimento no seio familiar até os dois anos, momento no qual essa criança é levada ao centro ou ao jardim inicial.

“Havia uma vez”: começando bem

Assim se chama esta etapa inicial do “Buen Comienzo”, a fase que trabalha com as mães gestantes e durante o primeiro ano de vida das crianças. Nesta etapa, a equipe de nutricionistas, pedagogos, trabalhadores sociais e psicólogos realiza encontros educativos e visitas às casas particulares, em prol de transmitir boas pautas de criação e estimular a participação das famílias.

“Pelo tipo de acompanhamento que tivemos no “Buen Comienzo” aprendi muitas coisas, e serviu para unir mais o meu lar, já que entendemos a importância do estímulo desde o ventre. Nas minhas outras gravidezes não costumava tocar meu estômago nem “lhe falava”. Eu acreditava que os bebês no ventre não iam entender nem compreender nada. Nada mesmo! Agora tive a oportunidade de entender o importante que são todas essas coisas, e então eu pude compartilhá-las com meu esposo e com meus filhos, e é como que em todos nós foi despertado tanto interesse que todos fizemos a mesma coisa”, relata a mãe de uma criança de 10 meses que participa do programa.

A partir do primeiro ano das crianças, a equipe de profissionais do programa se relaciona com o Entorno Familiar, buscando o desenvolvimento de competências para a vida mediante encontros semanais interdisciplinares. Depois, a partir dos 2 anos, são incorporados o Entorno Institucional e o Comunitário. No primeiro caso, as crianças recebem atendimento integral mediante experiências educativas, afetivas, lúdicas, de nutrição e de saúde em Centros Infantis, Ludotecas e Lares ou Creches Infantis. Mas também se relaciona com o Entorno Comunitário por meio de espaços criados nos bairros, denominados Unidades Pedagógicas de Apoio. Os Lares ou Creches Comunitárias acessam a um processo educativo e de atendimento integral que contribui para a melhora e complementação do serviço.

Quando as crianças completam 5 anos, o “Buen Comienzo” acompanha o início da articulação com a Escola, e se dá a possibilidade porque o programa conta com 68 prestadores de serviço estratégicos

localizados nos distritos da cidade, que possibilitam o atendimento integral na modalidade do “banco de oferentes”.

O “Buen Comienzo” possui articulação público-privada, contando com entidades nacionais, cooperadores internacionais, dependências municipais, organizações não-governamentais, universidades, clínicas e até com um meio de comunicação. Para o quadriênio 2012-2015 está planejada a construção de 6 novos jardins e de 16 centros infantis.

A cidade de Medellín está localizada no noroeste da Colômbia, a 409 km de Bogotá. É a capital do departamento de Antioquia. É o segundo centro industrial deste país. A população é de 2.368.282 habitantes, distribuídos em 249 bairros e 5 “corregimentos” / distritos (zona rural).



A experiência funcionou no Centro Estatal de Execução de Sanções até o ano de 2010 e conseguiu fortalecer os vínculos familiares.

“Quando vemos, sentimos e vivemos a desigualdade social tão aguda em nosso país, acreditamos que isso não existe em nossa cidade, talvez porque no dia-a-dia nós mesmos neguemos vê-la”, observa a professora Silvia Acle Guerrero ao se referir à prefeitura de Victoria e àquelas localidades próximas ao seu lugar de trabalho no escritório de Cidades Educadoras.

Victoria/México

LA RECREACAO LIBERA: PROPOSTA RECREATIVA PARA OS FILHOS DE PESSOAS PRESAS, DEITAS OU ENCARCERADAS

A proposta recreativa para os filhos dos detentos do Centro Estatal de Execução de Sanções é um espaço pensado para a educação e a relação de conectividade das crianças com seus pais: os detentos do foro comum por crimes menores. Esta experiência, estimulada pela Presidência Municipal da Secretaria de Desenvolvimento Social, com apoio da Secretaria de Segurança Estatal da unidade carcerária, foi planejada em função de vários conceitos: o direito a uma cidade educadora e às práticas de recreação entendidas como complementares aos processos de aprendizagem e como ferramentas para quebrar os círculos de pobreza, violência e marginalidade.

Os princípios éticos de Cidade Educadora dão privilégio à participação ativa das pessoas, da capacidade de tomada de decisões e de solucionar problemas. O conceito e a filosofia de recreação e os princípios de Cidades Educadoras coincidem quanto a priorizar os Direitos Humanos, especialmente os Direitos das Crianças diante de situações de vulnerabilidade que, neste caso, vivem no cotidiano os filhos dos detentos.

Do Direito à Educação

Segundo a Carta de Princípios da AICE (Associação Internacional de Cidades Educadoras), o direito a uma cidade educadora é entendido como uma extensão efetiva do direito fundamental à educação, considerando que é uma garantia dos princípios de igualdade entre todas as pessoas, de justiça social e de equilíbrio territorial. Afirma-se, ademais, que as crianças e os jovens representam uma parte essencial deste processo educativo, mas – como possibilitar o acesso à educação nas cidades? Quais os requerimentos para que especialmente os grupos vulneráveis acessem a este direito? Como detectar os grupos vulneráveis?

“Nossa cidade, como a maioria das cidades latino-americanas, tem zonas e grupos marginais e com diversas origens: por migração rural, razões econômicas, idade e deficiência física ou mental. Entretanto, não há dúvidas de que uma das problemáticas mais urgentes de atendimento foi ao grupo de crianças que visita seus pais no cárcere da cidade, que, estando separados transitoriamente de algum dos pais, têm que visitá-lo na prisão, em um ambiente pouco favorável para seu desenvolvimento

As atividades eram realizadas aos domingos, em grupos de 25 a 30 crianças entre 7 e 14 anos de idade. As crianças passeavam com o propósito e o anseio de logo transmitir aos seus pais aquilo que tinham visto e sentido.

saudável”, reflete Acle.

As autoridades penitenciárias e carcerárias concentram sua atenção nos detentos, preocupando-se pela alimentação, educação e em casos necessários, por um emprego; mas quanto às crianças não tinha sido considerado, até o momento, nenhuma atividade de formação integral relacionada com a situação de ter que entrar na unidade penitenciária como filhos de detentos.

Ao contemplar a difícil realidade e trabalhar especialmente para conseguir elevar a autoestima destas crianças, decidiu-se empreender esta interessante experiência, que consistiu em que os jovens e as crianças tomassem conhecimento de seus direitos por meio de atividades lúdicas e recreativas. A experiência consistia em propor diferentes passeios pelos espaços públicos da cidade, em prol de melhorar a comunicação e estabelecer novas temáticas de conversação entre os pais e seus filhos, como, por exemplo, ao relatar aspectos da cidade ou comentar sobre a leitura de livros.

Atividades lúdicas

O desenvolvimento de atividades recreativas em prol da ocupação do tempo livre acarreta uma atitude positiva do indivíduo perante a vida e promove uma melhor qualidade de vida. O programa de recreação tratou de integrar os filhos dos detentos em atividades que lhes permitissem conhecer e desfrutar de seus direitos em uma Cidade Educadora.

O conceito moderno de recreação tem um sentido social, já que o impacto que produz não afeta somente o desenvolvimento individual, mas procura também propiciar dinâmicas dentro das comunidades e transmitir outros princípios, como o de preservar parques e espaços abertos e contribuir para a segurança e a saúde de seus habitantes, reduzindo o estresse e protegendo o ecossistema. As práticas recreativas se transformaram aos poucos em espaços pedagógicos mediante a realização de atividades esportivas e de aprendizagem em diferentes instituições da cidade, como museus e bibliotecas, com o intuito de formar cidadãos com outras perspectivas e visão da vida.

“Neste processo de integração onde a igualdade é uma forma de participação e de inclusão, as crianças demonstraram manter fortes laços familiares, e em cada atividade conjunta, houve companheirismo e respeito. Os resultados foram satisfatórios e obteve o interesse e o reconhecimento dos próprios detentos e pais das crianças”, conclui a Coordenadora de Cidades Educadoras em Victoria, ao fazer referência a uma experiência pouco frequente em uma unidade penitenciária e que soube criar um novo conceito de recreação e de relação familiar.

Com algumas variantes, este programa é aplicado atualmente em um Centro Estatal DIF (Sistema para o Desenvolvimento Integral da Família) e fornece apoio às pessoas com deficiência física ou mental. As atividades de pedagogia urbana e recreativa envolvem os pais e as crianças da periferia e consistem em passeios pelo zoológico, pelas praças, bibliotecas e museus.

Contexto urbano e social

A cidade de Victoria é a capital do estado de Tamaulipas, México. A sua localização no centro do estado favorece o fluxo em direção à fronteira e aos portos marítimos do Golfo do México, sendo sua principal atividade econômica a agricultura e a pecuária, além de uma ainda incipiente indústria maquiladora e crescente infraestrutura turística. Segundo o último censo realizado no ano de 2005, sua população é de 293.044 habitantes, composta de 142.845 homens e 150.199 mulheres. A população infantil de até 19 anos de idade é de 112.069 habitantes, ou seja, representa 38% da população total.

“Nuestros Niños” / “Nossas Crianças” é um programa criado em 1990 pelo Governo Departamental de Montevideú, em consonância com os alinhamentos estabelecidos na Convenção dos Direitos da Criança e baseado essencialmente em dois princípios: a descentralização e a participação da comunidade, convencidos de que a cidade deve fazer valer seus direitos e oferecer igualdade de oportunidades para as crianças e para os jovens, a fim de lhes garantir que podem crescer, descobrir e confiar nas suas próprias capacidades e nas de seu entorno.

Montevideú/Uruguai



PROTEGENDO O PRESENTE, CONSTRUINDO O FUTURO

“Nossas Crianças” é um programa local que é desenvolvido pela Secretaria da Infância da Prefeitura de Montevideú há vinte e três anos.

Esta administração decidiu projetar uma cidade a longo prazo, inclusiva, baseada nos valores de convivência, equidade e solidariedade. Assim, diante deste desafio, e conhecendo como a pobreza e os diversos fatores de risco afetam o desenvolvimento infantil e comprometem seu crescimento, enfrenta-se esta realidade, a das crianças em situação de pobreza, marginalidade e exclusão tendo como objetivo central beneficiá-las com um atendimento totalmente integral.

Em função disto, o programa abrange a problemática bio-psico-social das crianças a partir de um modelo de cooperação público-privado e acordos entre o Governo Departamental, Organismos Internacionais e Organizações da Sociedade Civil. A articulação de políticas coordenadas em nível nacional bem como a implementação de um modelo de intervenção sócio-educativo integrador favorecem espaços de inclusão social para as famílias e para a comunidade, e acompanham o crescimento das crianças.

“Nossas Crianças”: linhas de ação

• **Os Centros Comunitários de Educação Infantil:** assumem um importante papel dentro do programa, dado que sua base territorial favorece ações de promoção comunitária e de sensibilização sobre a situação da infância. As Associações Cívicas dos bairros administram as verbas transferidas pela Prefeitura bem como os recursos provenientes da comunidade para seu funcionamento e manutenção.

Atualmente funcionam 18 Centros distribuídos

em diferentes zonas de Montevideú, que oferecem atendimento integral durante 8 horas diárias contínuas ou em duas jornadas às crianças nas áreas de pedagogia-didática, saúde, nutrição, educação pela arte e desenvolvimento psicomotor.

• **Os Centros de Modalidade Bolsas:** oferecem apoio às instituições que desenvolvem programas semelhantes e outorgam bolsas às crianças da região que, pela sua condição sócio-econômica, não podem acudir aos centros de atendimento. Desta maneira, são mantidos convênios com instituições de educação infantil sem fins de lucro para a inserção e integração de 267 crianças e suas famílias afetadas por situações de pobreza, com um claro objetivo de integração social.

• **O Plano de Formação e Promoção Comunitária:** permite instrumentar propostas de formação permanente orientadas a todos os atores do programa: crianças, equipes de educadores, famílias, associações cívicas e vizinhos. A disponibilização de recursos humanos é fornecida pela Prefeitura, em convênio com a Universidade da República, Organismos Internacionais e Organizações da Sociedade Civil (ONG).

O Plano de Formação Permanente intervém em diferentes áreas: educação pela arte, psicomotricidade, saúde mental, trabalho social, familiar e comunitário bem como orientação, seguimento e controle jurídico-contábil às organizações sociais. Este projeto que no início recebia apoio econômico (verbas) e técnico, e contava com a vistoria do Fundo das Nações Unidas para a Infância, UNICEF, atualmente está coordenado e administrado inte-



gralmente pela Prefeitura de Montevideú.

Como pôr em prática?

• As equipes que operam em cada centro estão constituídas por um professor e por vários educadores referentes do grupo e da área alimentar. Trabalham ao redor de 190 pessoas em total, sendo a maioria mulheres da comunidade que assumem um papel de protagonista quanto à concepção pedagógica e social. Este programa propõe que todos os atores, sejam eles crianças, famílias, associações cívicas, técnicos municipais ou autoridades, se sintam destinatários da proposta, interagindo com os outros para potencializar e construir saberes.

• A triagem e a formação das equipes de educadores facilitam a percepção e a identificação das dificuldades que aparecem no decorrer do desenvolvimento das crianças, bem como sua intervenção com o apoio técnico e profissional adequado. A

prevenção e o melhoramento na saúde assim como os controles periódicos da população que frequenta os centros permite e assegura as condições sanitárias favoráveis, tanto para os menores quanto para suas famílias.

“Podemos afirmar que este programa foi um exemplo paradigmático na concepção de crianças, suas famílias e da comunidade, e marcou um estilo metodológico de atendimento à primeira infância que foi um modelo de referência em nosso meio. A proposta também impulsionou e contribuiu para um real exercício de participação cidadã de todos os seus atores”, destaca uma das representantes de “Nuestros Niños”.

A respeito dos resultados e da evolução desta iniciativa, as crianças mostram melhoras no rendimento cognitivo e desenvolvimento psicomotor com relação aos seus pares não tratados, embora continuem aparecendo algumas dificuldades no campo da linguagem.

“Nuestros Niños” / “Nossas Crianças”

oferece atendimento integral a 1.600 crianças durante a primeira infância, crianças entre 6 meses e 3 anos de idade e que pertencem a famílias em situação crítica. A população visada está definida segundo certos parâmetros: linha de pobreza, indigência, e o nível de satisfação das necessidades básicas.

As experiências de dois projetos sócio-educativos desenvolvidos pela Diretoria Geral de Infâncias e Famílias para estimular a expressão artística das crianças e dos jovens. **Rosário/Argentina**



QUANDO A MÚSICA E A FOTOGRAFIA SE TRANSFORMAM EM ESPAÇOS INTEGRADORES

Promover e proteger os direitos das crianças e dos adolescentes é uma tarefa de competência do estado e dos municípios. Com este propósito, a Diretoria Geral de Infâncias e Famílias da cidade de Rosário desenvolve diferentes programas para crianças e jovens de 0 a 18 anos de idade.

“**Tocata em Concerto**” e “**Travessias no Território**” são dois projetos sócio-educativos que funcionam em Centros Territoriais da cidade. Estas iniciativas, ancoradas na música e no registro de imagens, procuram integrar os jovens no bairro em que vivem, por meio do respeito e da convivência.

Trinta centros em Rosário

Os Centros Territoriais de Referência (CTR) são espaços localizados nos bairros mais vulneráveis da cidade de Rosário, coordenados por uma equipe interdisciplinar com o objetivo de exercitar processos de inclusão e direitos do cidadão. Atualmente, funcionam 30 CTRs que estão subordinados à Secretaria de Promoção Social da Prefeitura de Rosário.

“Tocata en Concerto”:

As Tocatas em Concerto são apresentações mensais organizadas em diferentes setores do bairro Itati da cidade de Rosário. Esta experiência musical nasceu a princípios do ano 2012 no Centro Territorial Nº 27 da zona sudoeste da cidade, com a finalidade de inculcar valores tais como o respeito, a convivência e a participação em práticas cotidianas e sustentáveis.

A organização é levada a cabo pelos adolescentes e jovens músicos do Programa Jovem La Rodante, acompanhados por toda a equipe do CTR e pelos vizinhos que queiram fazer parte desta proposta. Em cada novo concerto, a instituição convoca diversos músicos locais e apresenta instrumentos, ritmos e gêneros variados.

Há mais de trezentas famílias que já se identificaram com esta proposta que consegue transportar à linguagem da música as inquietações, sentimentos e histórias tanto individuais quanto coletivas.

“Fazer música com outros implica adquirir múltiplos saberes e ca-

pacidades, aprender a escutar, sentir-se incluído em uma equipe, e também chegar a receber reconhecimento e respeito”, reflete Marina Bilbao, coordenadora dos concertos itinerantes, enquanto relata como nasceram as “Tocatas”: “Esta proposta surgiu há um ano quando se somaram à equipe um educador e um músico, que chegou com um contrabaixo e começou a compartilhar sua música com as pessoas do local. Depois de sua apresentação na festa de encerramento do verão, uma vizinha nos disse que um instrumento e música daquele porte deveriam voltar a ser escutados no bairro. E isto foi algo que levamos em conta quando começamos a planejar o ano 2012”.

Além disso, Bilbao conta que um dos objetivos colocados foi conseguir ampliar os limites institucionais. Isto é, pensar em uma circunstância que lhes permitisse sair pelo bairro para compartilhar a música e fazer uso dos diversos espaços públicos. Esta ideia resultou simples de ser incorporada, dado que simultaneamente vinha sendo formado um espaço para jovens no CTR – La Rodante – com uma proposta centralizada na música, na plástica e no cinema.

Desta maneira, “as Tocatas” se transformaram em um espaço propício para que pequenos projetos pudessem ser visualizados, mostrando as produções musicais de seus participantes, levando em conta o princípio de que a educação e a promoção dos direitos começam “em casa”, e que através de práticas cotidianas, sustentáveis e coerentes, os valores como o respeito, a convivência e a participação podem ser transmitidos.

Esta proposta já ofereceu oito concertos itinerantes pela vizinhança territorial dos bairros, conseguindo não só estabelecer-se como espaço para compartilhar música ao vivo, desfrutando a maior diversidade de instrumentos e estilos musicais, mas também fazendo com que as “Tocatas” se constituíssem em uma plataforma propícia para a comunidade reconhecer seus jovens, aumentando a convocatória no bairro e melhorando a qualidade das apresentações. “Procuramos nos encontrar de outro modo com a comunidade, sair da instituição e nos apresentar ao bairro com uma proposta que promova os direitos e gere um espaço de encontro inter-geracional a fim de desterrar aquelas visões comunitárias instaladas, sobretudo em relação com os jovens e os adolescentes”, explica a representante do CTR da zona oeste da cidade de Rosário.

“Travesías en el Territorio”:

El proyecto “Travesías en el Territorio” se enmarca en las bases de la carta de “Ciudades Educadoras”: “...las ciudades deberán ser conscientes de los mecanismos de exclusión y marginación que les afectan y de las modalidades que revisten, y desarrollarán las políticas de acción afirmativa necesarias...”, “...dedicarán esfuerzos a fomentar la cohesión social entre los barrios y sus habitantes de toda condición...”.

Esta experiência, que ademais salienta a importância de fortalecer os laços sociais e comunitários, funciona na zona oeste da cidade de Rosário, e está a cargo do Centro Territorial de Referência Nº 13 do bairro Santa Lucía, orientado a adolescentes de 13 a 16 anos.

“Os efeitos devastadores que geraram a crise econômica, política, social e culturais dos anos 90 provocaram fragilidade e a perda dos vínculos amistosos, trabalhistas e institucionais. Os locais de inclusão deixaram de ser um valor de referência. A pessoa já não se identificava com um referente coletivo como o trabalho, os grêmios, os clubes e as associações de bairros, e então apareceu a autonomia, o individualismo e o isolamento. Estas mudanças que aconteceram nos últimos anos condicionam de algum modo o surgimento da violência, uma das problemáticas que demonstra a debilidade dos laços sociais e dos vínculos comunitários”, relata Romina Garrido, uma das educadoras



do projeto rosarino.

“Partindo deste diagnóstico geral, percebemos que o bairro Santa Lucía é formado a partir de um deliberado e real isolamento geográfico que dificulta os intercâmbios simbólicos e materiais com o resto da cidade. Por exemplo: existe uma única entrada ao bairro e somente uma linha de ônibus chega até o local.

As “Travessias” apontam na direção de inclusão destas crianças e jovens na malha da cidade. “Entendemos que a participação cidadã está dada pela apropriação dos espaços públicos e que a imagem constitui um recurso privilegiado porque permite pensar uma história em comum, e reconhecer a própria cultura”, explica a profissional.

Capturar o espaço público

A primeira etapa desta experiência, realizada durante o ano de 2012, consistiu em uma produção de imagens fotográficas, para a qual os jovens saíram com câmeras de fotos descartáveis para observar, reconhecer e “capturar” o espaço público: praças e ruas e os bairros “Santa Lucía” e “La Palmera”.

Esta etapa do projeto favoreceu o acesso às novas tecnologias de comunicação e informação, como o direito à cultura e poder se apropriar da linguagem da imagem, como potencialidade das experiências criativas. O trabalho interinstitucional derivou na montagem de um mural com todas as fotografias tiradas pelas crianças.

Câmaras próprias

A experiência coletada durante a primeira etapa permitiu reforçar os objetivos e desenvolver durante 2012 a segunda parte da proposta: a construção de câmeras pinholes isto é câmaras fotográficas sem lente. Este sistema mecânico antigo sem flash possui uma caixa com um pequeno orifício por onde entra a luz.

“Cada jovem montou sua câmera e depois, em

uma segunda etapa, saímos para a rua e procuramos lugares da vizinhança que fossem aptos a ser fotografados. Isto é o resultado de um processo lento e complexo que faz possível o trânsito do adolescente por este e outros espaços, o impacto da produção cultural e da ação criativa”, concluiu a educadora.

“Entre tantos dispositivos móviles existentes en el mercado, los jóvenes no conocen la foto en papel y esta situación por más simple que sea, despertó su curiosidad. La imagen es uno de los recursos más utilizados a la hora de comunicarse, por eso tratamos de buscarle otra vuelta y resignificar este lenguaje. A veces cuesta convocar a este sector de la población porque se resisten a cualquier propuesta nueva o participan de una actividad y luego no vienen más a la institución. Esto es el resultado de un proceso lento y complejo que hace posible el tránsito de los adolescentes por éste y otros espacios, el impacto de la producción cultural y la acción creativa”, concluyó la educadora.

“Travessias no território” é uma experiência que tem como projeto ser replicado em outros bairros da cidade.

Localização estratégica

A cidade de Rosário está localizada na zona sul da província de Santa Fé, na República Argentina. Dada a sua posição geoestratégica em relação com o MERCOSUL. Segundo o Censo Nacional de População, Lares e Moradias realizado no ano 2010, o resultado de sua população é de 909.866 habitantes.

É responsável por 50% do total do Produto Bruto provincial e por 5% do PIB em nível nacional; gera 53% do emprego da província e 62% dos estabelecimentos industriais santafesinos estão instalados na cidade.



Um projeto que tem como objetivo reforçar a identidade Guarani e a autonomia de seus adultos na educação de suas comunidades
São Paulo/Brasil

EDUCAR RESPEITANDO A IDENTIDADE

Em São Paulo, ao longo do ano de 2003, foram realizadas várias reuniões em prol de conhecer as expectativas das comunidades indígenas em relação com a implementação dos CECI: Centros de Educação e Cultura Indígena, já que, num início, as comunidades guaranis eram adeptas a que funcionasse um Centro Cultural no qual pudessem receber os visitantes não indígenas que iam até suas comunidades: uma ideia menos complexa que a concepção dos CECI.

Imersa nesse contexto, a Secretaria de Educação da cidade lhes propôs uma ampliação da proposta inicial, isto é, ofereceram-lhes que além dos espaços culturais, também fosse implementada a Educação Escolar Infantil Indígena diferenciada.

As comunidades Guarani Mbyá da cidade, após analisarem a proposta, aceitaram esclarecendo que não concordariam com um modelo de escola tradicional, como por exemplo, sentar as crianças em carteiras enfileiradas. Pretendiam uma proposta pedagógica que tivesse respeito pela sua filosofia e sistemas de crenças.

Foi assim que desde o ano de 2004, os Centros de Educação Infantil Indígena (que são unidades educativas vinculadas com os CECI) oferecem atendimento às crianças das comunidades Guarani Mbya de 0 a 5 anos.

Educar respeitando: Como é que se faz?

O trabalho realizado pelos educadores Guarani conta com a colaboração dos Xeramões das comunidades, que são as pessoas mais idosas que possuem uma grande riqueza espiritual, larga experiência de vida e cuja sabedoria é reconhecida e respeitada no seio da própria comunidade guarani.

Esta experiência visa a que os conhecimentos culturais e espirituais estejam integrados também às práticas dos CECI, e que as ações pedagógicas nos centros de educação escolar infantil sejam realizadas em idioma guarani. Isto acontece graças aos educadores residentes nas próprias comunidades. Além disso, o cronograma escolar pôde ser organizado considerando os ciclos da natureza e o ensinamento tradicional dos mais velhos.

O currículo destes Centros segue os procedimentos próprios da aprendizagem Guarani Mbya, ou seja, é construído a partir dos sistemas de ideias, filosofias e crenças da comunidade, favorecendo o acesso de educadores e crianças guaranis às informações e conhecimentos técnico-científicos da sociedade Juruá (“não-indígena” na língua guarani).



São Paulo A cidade é oficialmente denominada: Município de São Paulo, é a capital do Estado de São Paulo. Localizada na região sudeste do Brasil, segundo os dados do censo 2010 conta com uma população de 11.244.369 habitantes. Na área metropolitana vivem quase 20 milhões de pessoas, sendo que é esta a maior metrópole do Brasil e de toda a América do Sul. É o principal centro financeiro do país e um dos maiores do mundo.

Por isto, o cronograma de atividades dos CECI busca a estreita relação entre as atividades cerimoniais – econômicas da comunidade guarani com as atividades propostas pelas unidades educativas. Por exemplo: nas atividades planejadas para a temporada de caça, o Arapyau (tempo novo): se ensinam e aprendem tanto os ofícios de arco e flecha, confecção de cartazes, rodas de histórias, quanto os conhecimentos “brancos”, isto é, são articulados simultaneamente os conteúdos e os conceitos da matemática (como noções de medidas e quantidades relacionadas com a construção de armadilhas ou ciladas), com os mitos e bailes que informam às crianças as noções de tempo e de espaço guarani, etc.

É ainda importante salientar que no ano de 2012 os educadores indígenas dos CECI, durante a educação continuada, elaboraram o documento bilingue (Português/Guarani) “Orientações para o Currículo, Expectativas de Aprendizagem dos

Centros de Educação Infantil Indígenas vinculadas com os Centros de Educação e Cultura Indígena: Educação Escolar Infantil Indígena”.

Contribuir para ampliar as possibilidades

A educação escolar infantil indígena, sempre que estiver constituída como uma opção e for realizada com autonomia, pode contribuir de maneira muito positiva para que as comunidades elaborem seus projetos futuros na esfera do contexto urbano.

No caso dos Guaranis de São Paulo, além da valorização da língua nativa e da participação dos adultos maiores na educação das crianças nos espaços CEII/CECI, se observa uma busca crescente dos educadores indígenas para atingir uma maior autonomia em relação com seus currículos e com suas práticas pedagógicas, o que vem sendo visualizado muito mais em matéria de produção de materiais didáticos e documentos bilingues.

